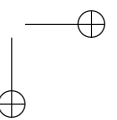
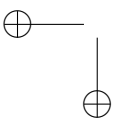


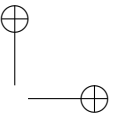
Artur Manso

***Para uma nova história da cultura
em Portugal: o contributo da obra
de José Eduardo Franco***



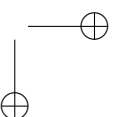
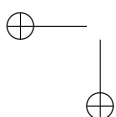
2





Para uma Nova História da Cultura em Portugal

**O contributo da obra de
José Eduardo Franco**





FICHA TÉCNICA

Título: *Para uma Nova História da Cultura em Portugal. O contributo da obra de José Eduardo Franco*

Autor: Artur Manso

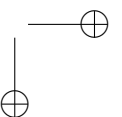
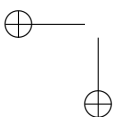
Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

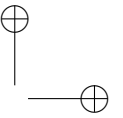
Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Lisboa, setembro de 2014

ISBN – 978-989-8577-37-5

Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto Estratégico «PEst-OE/ELT/UI0077/2014»





Artur Manso

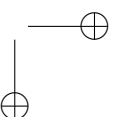
Para uma Nova História da Cultura em Portugal

**O contributo da obra de José
Eduardo Franco**

CLEPUL

Lisboa

2014

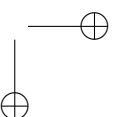
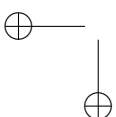




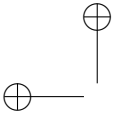


Índice

1 Os anos de formação e o serviço à cultura portuguesa	9
2 A obra	15
2.1. Livros (Autor – Co-Autor – Coordenador)	15
2.2. Participação em obras colectivas	49
2.3. Prefácios e Posfácios	53
2.4. Revistas portuguesas e estrangeiras em que tem colaboração	54
2.5. Colaboração em Dicionários	57
3 Palavras finais	61





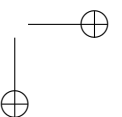
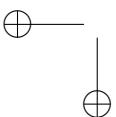


“Somos anões que treparam aos ombros de gigantes. Desse modo, vemos mais e mais longe do que eles, não porque a nossa vista seja mais aguda ou a nossa estatura maior, mas porque eles nos erguem no ar e nos elevam com toda a sua altura gigantesca”.

Bernardo de Chartres

“Não somos inferiores em coisa alguma ao tão celebrado ‘estrangeiro’, o que nos falta é governo”

Mouzinho de Albuquerque





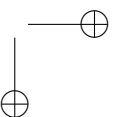
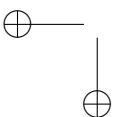


Capítulo 1

Os anos de formação e o serviço à cultura portuguesa

José Eduardo Franco nasceu na Ribeira Grande, na Ilha da Madeira no ano de 1969 e desde há muito que se vem afirmando como autor de uma obra singular e marco incontornável na historiografia da cultura portuguesa.

Com uma formação científica invejável – licenciatura em Teologia (1995), grau de mestre em Ciências da Educação, área de História da Educação/Educação Comparada, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (1997), grau de mestre em História Moderna, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1999), grau de Doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris na área de História Moderna e Contemporânea e na especialidade de História e Civilizações com uma dissertação dirigida pelo Professor Doutor Bernard Vincent (2004), grau de Doutor na especialidade de Cultura pela Universidade de Aveiro (2005) – não se ficou pela mera repetição ou rememoração do já feito, preferindo, antes, enveredar pela pesquisa e divulgação de temas da cultura portuguesa ainda obscuros, não porque as fontes para o seu conhecimento não existissem, mas sim porque o limitado meio intelectual português desde sempre as vinha desprezando. José Eduardo Franco chama-lhes





temas ligados à mitologia portuguesa, eu prefiro designá-los arquétipos da construção de uma identidade nacional, que é a nossa e que se efetivamente nos quisermos conhecer enquanto povo não podemos continuar a desprezar. O nosso autor percebeu que, se teimosamente continuarmos a desconsiderar o passado em que nos constituímos, então as consequências para a definição da nossa identidade serão desastrosas, mantendo-nos num desconhecimento de nós e em consequência, continuaremos adormecidos na névoa que em Alcácer Quibir, no remoto ano de 1578, encobriu o jovem e promissor rei D. Sebastião, névoa essa que nos tem impedido de nos afirmarmos como qualquer outro povo na exaltação dos feitos das nossas gentes em pleno convívio com os muitos e importantes defeitos que têm marcado o evoluir natural da história da nossa Pátria.

José Eduardo Franco tem encarnado o espírito daqueles que se recusaram a assumir um papel passivo na historiografia portuguesa, optando pelo difícil e tantas vezes incompreendido caminho de tornar o mais claro quanto possível a dinâmica de alguns aspectos obscuros da História de Portugal. Tem, por isso, enriquecido o pensamento luso com novas interpretações de momentos-chave das nossas origens, em ruptura com a indiferença quase total que os historiadores portugueses mais conhecidos têm dedicado a estes temas, quase sempre, em consequência da formação escolar racionalista e estrangeirada a que o nosso povo é sujeito.

José Eduardo Franco é um historiador que não se rende à ineficácia do já dito ou do já feito. Servindo-se da sua invejável formação intelectual e académica, fez o percurso inverso ao que é habitual em Portugal, entendendo, desde o início, ser necessário desbravar novas interpretações pelo caminho mais difícil do ainda não feito, para contrapor os arquétipos de Portugal com as raízes da cultura universal. Ao enveredar por esta via recusou-se a acompanhar aqueles que rememoram a subalternidade da nossa cultura em relação às demais. Em consequência, a sua obra tem vindo a por mais a claro não só a originalidade do pensamento português como também a sua fecundidade, pois o que se





nota ao longo da mesma é que algumas interpretações da história que aparecem filiadas em escolas de pensamento que nos são alheias, já tinham sido anteriormente trilhadas pela fecunda meditação de antepassados nossos que teimamos em ridicularizar porque, efectivamente, ignoramos o conteúdo do seu argumentário.

O nosso historiador percebeu que a tarefa que decidiu levar a cabo, centrada na memória colectiva de Portugal, deve ter um alcance muito para além do mundo académico e por isso, preocupou-se em divulgar junto do grande público o resultado das suas investigações, adoptando, para tal, em todas as suas publicações, uma linguagem de um rigor científico apurado que prima pela clareza e simplicidade como aparecem expostas as ideias difíceis. Aqueles que lêem a sua obra não deparam com o tradicional discurso hermético dos intelectuais, mas sim com uma escrita propositadamente dirigida a um público médio mas exigente, como revela o cuidado mostrado ao traduzir e actualizar os diversos originais que vai publicando, tornando público, desta forma, textos que até então estavam reservados à sabedoria de poucos, de que é exemplo o *Tratado da Quinta Monarquia*, da autoria de frei Sebastião de Paiva, porventura “o primeiro tratado de sebastianismo ortodoxo português” obra da qual existem alguns manuscritos datados de 1641, mas que só 365 anos depois, em 2006, pela sua mão, conhece a primeira edição impressa. O mesmo se passa com a edição da obra completa do Padre António Vieira que passados tantos séculos após o seu falecimento, é, fruto do seu empenho, disponibilizada em língua portuguesa. Os investigadores passaram a dispor de um manancial de informações rigorosas para aprofundar as suas investigações e o leitor comum que se interessa por estes temas, tem, agora, à sua disposição, textos fundamentais da cultura portuguesa.

José Eduardo Franco é membro de diversas Sociedades Científicas nacionais e estrangeiras, em algumas das quais desempenha ou desempenhou cargos de direcção e coordenação de diferentes grupos de investigação. Não posso, contudo, deixar de destacar as Associações, de carácter mais ou menos científico, das quais foi Membro Fun-



dador: Grupo de Reflexão Ecuménica da Universidade Católica Portuguesa; Associação de Universitários Madeirenses; Centro Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Gabinete de Estudos Pom-balinos do CLEPUL; Gabinete de Estudos Lusófonos das Ordens e Congregações do Instituto São Tomás de Aquino; Associação AMEM – Associação Multidisciplinar de Estudos sobre as Mulheres da Universidade Nova de Lisboa; Centro de Estudos Brasil-Europa; Equipa de Investigação Padre Manuel Antunes do CLEPUL; Associação Centro Cultural Nun’Álvares Pereira; Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos (CompaRes); Laboratório de Estudos da Religião, das Congregações e das Ordens no Brasil; Círculo de Cipião: Academia de Jovens Investigadores; Associação Portuguesa para o Estudo das Religiões; Associação Portuguesa de Eneagrama (APE); Círculo Literário Agustina Bessa-Luís; Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes; Sociedade Portuguesa de Retórica.

Actualmente é Diretor do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde coordena vários projectos de investigação de grande envergadura. É historiador mas também é jornalista, poeta, ensaísta, especialista consagrado em História da Cultura, desenvolvendo trabalhos originais de investigação nos domínios da mitologia portuguesa e das grandes polémicas históricas que marcaram a vida cultural, política e religiosa do nosso país, nomeadamente os estudos sobre os Jesuítas e a hermenêutica dos mitos e das utopias portuguesas e europeias.

O valor da sua obra tem sido reconhecido pela atribuição de diversos prémios, menções honrosas e outras distinções, das quais destaco: 2004, Prémio Livro do ano, Sociedade Histórica da Independência de Portugal; 2008, Prémio Monografia, Sociedade Histórica da Independência de Portugal e Prémio Monografia Regional (menção honrosa), Sociedade Histórica da Independência de Portugal; 2009, menção honrosa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal; 2012, Prémios da APOM, Associação Portuguesa de Museologia, menção honrosa;



Prémio Livro Europeu (nomeação), Associação Esprit d'Europe; 2013, Livro do Ano para os volumes publicados da Obra Completa do Padre António Vieira (direção científica), pela *Revista Ipsilon – Revista Sábado – Jornal Público – Jornal de Letras*; Segundo lugar, ex-aequo, da 1.^a edição do “Prémio Giuseppe De Carli” à reportagem “Arquivo Secreto do Vaticano” (consultor científico), Associação Cultural Giuseppe De Carli.

Ao inserir-se em diversas equipas multidisciplinares, beneficia, também, da ajuda e acompanhamento de outros nesta tarefa de estudo e divulgação da cultura portuguesa, proveito que também retira do trabalho em conjunto com um número alargado de investigadores de formação diversificada com os quais partilha diferentes pontos de vista sobre os assuntos mais controversos. Conciliar os contrários, o diferente e o divergente, num projecto colectivo em torno da Identidade Nacional tornou-se a sua principal demanda.

A seguir, exporei e analisarei, ainda que brevemente, a obra de José Eduardo Franco.





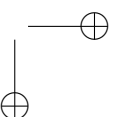


Capítulo 2

A obra

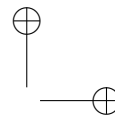
2.1. Livros (Autor – Co-Autor – Coordenador)

Vieira na Literatura Anti-Jesuítica (em co-autoria com Bruno Cardoso Reis), Roma Editora e Fundação Maria Manuela e Vasco Albuquerque D’Orey, 1997, com prefácio de António Matos Ferreira, é um ensaio escrito com o propósito de facultar ao público em geral “uma análise sistemática das imagens de Vieira no quadro das polémicas, da propaganda, da história e da literatura anti-jesuítica” (p. 11). O volume é composto por uma introdução, dois capítulos, uma conclusão, a respectiva bibliografia e um precioso apêndice documental. Na introdução explica-se que “na óptica do mito do *complot* jesuítico, os membros da Companhia são vistos como tendo uma doutrina e uma prática de índole sectarista, autocrática, ultramontana e, portanto, entendida como anti-nacional” (p. 25). O primeiro capítulo insere Vieira na génese pombalina do mito jesuíta e apresenta as traves mestras que sustentaram a política iluminista e despotista em que Pombal fundou o seu



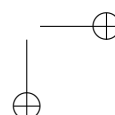
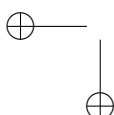
anti-jesuitismo que viria a marcar os reinados que se seguiram. O capítulo dois intitulado “Vieira e o anti-jesuitismo após Pombal”, dá-nos a conhecer que o ministro de D. José “inscreve o seu anti-jesuitismo [...] numa matriz que se reclama ortodoxamente católica, e não anti-congregacionista” (p. 60) evidenciando o que estava verdadeiramente subjacente à acção de Pombal, ou seja, o ideário iluminista e a necessidade de arredar os jesuítas do ensino para o centralizar no Estado. “Pombal e outros regalistas posteriores não queriam [...] excluir a religião nacional do quadro do ensino assim desenhado. Pelo contrário, o laicismo crescentemente radical, que surge a partir de 1880, alarga a sua crítica da educação jesuítica a todo o tipo de educação religiosa e defende a escola laica do modelo francês de 1879” (p. 61). O ensaio, continua, então, a situar Vieira e os jesuítas no pensamento liberal evidenciando os ataques a que os membros da Geração de Setenta, os republicanos e os positivistas, submeteram o legado jesuítico acusando-o de ser o principal responsável pelo atraso de Portugal em relação à Europa esclarecida. Na conclusão afirma-se que a grandeza e a complexidade do Padre António Vieira, que se empenhou a fundo na restauração nacional, por todos os discursos contraditórios de ataque cerrado aos jesuítas, dificilmente pode ser tomado como uma peça da teoria do *complot* jesuítico. Tal como outros ensaios da sua autoria, este também contém um apêndice documental composto por três escritos devidamente transcritos e actualizados: o primeiro é a Lei de expulsão dos jesuítas de Portugal; o conteúdo do segundo corresponde ao Breve de Extinção da Companhia de Jesus de 21 de Julho de 1773 e o terceiro é composto pela transcrição do Manifesto do Centro Eleitoral Republicano do Porto.

Brotar Educação. A história da revista Brotéria e da evolução do seu pensamento pedagógico, Roma Editora, 1999, com prefácios de António Nóvoa e de Luís Archer. Esta obra é o resultado da investigação realizada pelo autor para a obtenção do grau de Mestre em História



da Educação/Educação Comparada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. É composta por uma introdução, duas partes, uma conclusão, um capítulo bibliográfico e dois anexos. Na primeira parte o autor trata da génese e evolução da revista *Brotéria* salientando a sua função pedagógica e o espaço que sempre reservou à reflexão educativa. Na segunda parte analisa o desenvolvimento do ideário pedagógico da *Brotéria* em nove áreas temáticas: o pensamento sobre a escola e a pedagogia escolar; o pensamento produzido em torno da história da educação; o conteúdo da pedagogia missionária; o debate em torno das teorias da educação; o ensino particular; a educação de fronteira; as reformas do ensino; o ensino das humanidades clássicas e o debate em torno da ética e da educação. O autor quis enriquecer (e de que maneira) o seu trabalho de investigação e completou a obra com a inserção de dois anexos: no primeiro traça as biografias sucintas de várias figuras ligadas à *Brotéria*, subdivididas em directores – 11 entradas; pedagogos jesuítas – 17 entradas; pedagogos leigos que a *Brotéria* acolheu – 11 entradas; no segundo apresentamos comparativamente três revistas dos jesuítas provenientes de outros tantos locais, enfatizando desta forma que estas publicações se inseriam num movimento de “reconquista cristã da cultura, da ciência e da escola”. As revistas aqui tratadas são a italiana *Civiltà Cattolica*, a francesa *Études* e a espanhola *Razón y Fé*.

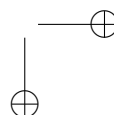
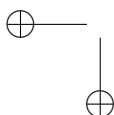
O Mito do Milénio (em co-autoria com José Manuel Fernandes), Edições Paulinas, 1999, com prefácio de Frei Bento Domingues, O. P., é um ensaio composto por uma introdução, cinco capítulos, uma conclusão e um quadro bibliográfico. Na introdução é explicado ao leitor que o objectivo desta obra é fornecer uma interpretação comparada da problemática acerca do fim do segundo milénio. No capítulo um, intitulado “A ideia de fim e a mitologia finimundista”, explica-se como é que a civilização foi encarando a temática do fim do mundo, distinguin-





do as interpretações “punitivas” daquelas que nos apresentam o fim do tempo como um reino “de mil anos de felicidade e de paz” (p. 33).

O capítulo dois designado “As utopias do milenarismo e do messianismo”, serve para traçar o roteiro histórico do legado das figuras centrais que trataram esta temática, apresentando o essencial dos seus textos nos pontos de divergência e de convergência. Ao longo do capítulo são cotejados os principais marcos da tradição judaico-cristã no que concerne ao milenarismo e messianismo, textos, entre outros, do antigo e novo testamentos, Tertuliano, Santo Agostinho, não esquecendo a teoria milenarista de Joaquim de Flora. O capítulo três intitulado “A importância da organização calendarial”, dá-nos a conhecer a preocupação das sociedades na assunção de um “controle” do tempo linear que permita que cada um tenha um maior entendimento da situação existencial. O capítulo quatro designado “Grandes datas míticas”, expõe-nos, de forma sucinta, a problemática que envolveu a parte final do primeiro milénio pela ideia que se tinha criado nas populações de que a passagem do ano 999 para o ano 1000, coincidiria com o fim dos tempos e haveria de se consumir de forma terrífica. A esta interpretação é contraposta a nova disposição existencial, otimista, após se perceber que com o passar do tempo as profecias não se realizaram. O capítulo cinco apelidado “O mito e a utopia do ano 2000”, esclarece-nos que “os profetas do ano 2000 adaptam mimeticamente estes esquemas antigos fundamentais, reunindo mais alguns argumentos de circunstância para asseverar que agora é a valer” (p. 114), dando-nos também a conhecer algumas obras escritas em português sobre a questão finissecular e finimilenar da transição do século XIX para o século XX bem como os movimentos radicais que surgiram no final do segundo milénio, destacando os davidianos, liderados por David Koresh que se auto-imolou pelo fogo em conjunto com os seus seguidores no ano de 1993 (cf. pp. 136/137), a Ordem do Templo Solar, na Suíça, as famosas cruces do amor do movimento Cristo Jovem português que um pouco por todo o lado começaram a surgir em 1999, a Ordem do Graal e da Fraternidade Branca (cf. p. 137), sem esquecer o famoso costureiro





francês Paco Rabanne, pessoas e movimentos estes que faziam recair o fim do mundo no dia 11 de Agosto de 1999, dia de um eclipse total do sol (cf. p. 138). Na conclusão é-nos lembrado que o papel das utopias é servirem de impulso ao itinerário de cada um rumo à plenitude anunciada que deverá coincidir com a assunção de um tempo de paz, amor e fraternidade.

Falésias da Utopia, Arkê, 2000, assinado com o pseudónimo de Medina de Gouveia, com prefácio de Alcino Nunes e desenhos de Licínia Costa, é um livro de poemas perpassado pelo amor: amor do além e do aquém, de mares e de terras, de deuses e de homens; amor que consola os aflitos no regaço de quem se ama onde o carinho e a compreensão afaçam e apagam a ânsia da eternidade. Um amor que espera na esperança de que o Natal se cumpra na criança reinventada pelo sonho de ver acontecer a poesia tornar-se em poema e o poema transformar-se em amor. Amor fundido na poesia que é mais um sentir que um dizer no presente enlaçado no corpo de uma mulher.

História da Província Portuguesa dos Sacerdotes do Coração de Jesus, Edições Dehonianas, 2000, com prefácio do Padre José Ornelas Carvalho é, como o título indica, uma história, ainda que concisa, dos Sacerdotes e Missionários do Coração de Jesus. O autor filia o início do movimento em 1878, na acção do seu fundador, o Padre Dehon, nascido em França em 1843 e que desde cedo foi influenciado pela política social da igreja em defesa dos que mais sofrem com as dificuldades da vida. Com esta obra ficamos a saber que a Congregação chegou a Portugal no ano de 1946, por via da Província italiana e com escassos recursos, tendo-se fixado na Madeira onde abriu um seminário em 1947, expandido-se, a partir daqui, por diversos locais, até que em 1954, garantiu as condições exigidas para criar a região portuguesa e já no ano de 1966, a Província Portuguesa dos Sacerdotes do Sagrado Co-



ração de Jesus. O autor releva ainda a obra social desenvolvida por esta Congregação e aponta diversos locais de pregação do Evangelho por parte dos seus missionários em zonas longínquas como Moçambique e Madagáscar.

O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política, Fundação Maria Manuela e Vasco Albuquerque D'Orey e Roma Editora, 2000, com prefácio de Francisco Contente Domingues, é a impressão do trabalho de investigação levado a cabo pelo autor a fim de obter o grau de Mestre em História Moderna, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1999. Este estudo é assumidamente realizado com a esperança de contribuir “para compreender e trazer a lume uma obra esquecida da historiografia portuguesa” (p. 22). O volume é composto por uma introdução, seis capítulos, conclusão e respectiva bibliografia. Continuando a prática do autor, a publicação contém dois preciosos anexos que são, nada mais nada menos, que a transcrição, com a respectiva actualização da linguagem, de dois originais de Fernando de Oliveira, a *História de Portugal* e o *Livro da Antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino de Portugal*. Depois de no capítulo primeiro o autor fornecer diversos dados sobre a vida e a obra de Fernando de Oliveira, passa, no capítulo dois a analisar com rigor a metodologia que sustenta a interpretação histórica do primeiro historiador português, tratando, no capítulo três, da hierarquia das fontes que suportam a História de Portugal escrita por Fernando de Oliveira. No capítulo quatro analisa a ideia de história que a obra reflecte, colocando-a na transição entre a medievalidade e o renascimento, enquanto no capítulo seguinte, o quinto, nos dá a conhecer a posição de Fernando de Oliveira face à crise sucessória de 1580, reforçando a sua oposição à junção das coroas vizinhas, a de Castela e a de Portugal. Para terminar, no capítulo seis, José Eduardo Franco mostra-nos que a ideia de Portugal que está subjacente à análise histórica de Fernando de Oliveira é já uma projecção em forma de utopia do destino de Portugal:



“No âmbito do drama em que radica o nascimento desta obra histórica, a conjuntura em que se verificou a ascensão ao trono português de Filipe II de Castela e o conseqüente apagamento do brilho glorioso da História recente de Portugal no plano internacional, enquanto nação independente, Fernando Oliveira reconstrói a história do país de modo a produzir um esteio crítico e fornecer uma lição para o presente e para o futuro” (p. 299). A historiografia de Fernando de Oliveira de certo modo contém “duas utopias que se implicam mutuamente: a utopia da restauração de Portugal [...] e a utopia da expansão universal do reino de Portugal e dos portugueses, para quem ‘conquistar todo o mundo lhe parece pouco’” (p. 301).

Monita secreta: Instruções secretas dos Jesuítas. História de um Manual Conspiracionista (em co-autoria com Christine Vogel), Roma Editora, 2002, com prefácios de Michel Leroy e João Francisco Marques, é a edição bilingue, português e latim, preparada pelos autores das *Monita secreta*, que um ex-jesuíta polaco Jerôme Zahorowski terá feito publicar em 1614 e posto a circular de forma eficaz com o intuito de convencer os indivíduos de que era este o texto que estabelecia as normas pelas quais se regiam os membros desta Ordem. O leitor fica ainda a saber que este documento foi usado pelo Marquês de Pombal como base do combate sem tréguas que dirigiu aos jesuítas por se ter convencido de que esta Ordem tinha um plano para tomar conta do mundo, intuito esse que, segundo Pombal, era preciso inviabilizar. A introdução foi preparada com todo o cuidado para situar um texto tão antigo no seu contexto e na importância que veio a ter no triunfo do pensamento conspiracionista: “os *Monita* davam aos activistas e mentores do antijesuitismo um meio de formação e de demonstração aos seus correligionários e simpatizantes para inculcar a crença de que a conspiração jesuítica em todos os sectores da sociedade humana era real e não imaginária” (p. 53) uma vez que “Dadas como sendo da autoria dos mesmos Jesuítas, estas *Instruções Secretas* eram tomadas como as



verdadeiras Constituições porque os «Reverendos Padres» se guiavam” (p. 53). Nada melhor, então, que o duvidoso e empolado conteúdo das supostas Constituições da própria Ordem para os seus opositores de mentalidade laica, anti-clerical e anti-católica, sustentarem os ataques cerrados que moviam em particular aos Jesuítas e à Igreja em geral.

A Alta Educação do Padre de Sena Freitas (em colaboração com Elísio Gala e Paula Borges), Roma Editora, 2003, com prefácio de D. Manuel Clemente, é a publicação crítica, comentada e anotada da obra que o título refere, que como se diz no estudo introdutório “é uma das obras mais notáveis de Sena de Freitas (1840-1913) e um eloquente testamento pedagógico deixado à posteridade, escrito em Portugal nas vésperas da Revolução Republicana e do conseqüente exílio do autor no Brasil” (p. 15). Sena Freitas traduz dois discursos do bispo americano de Peoria, Mons. John Lancaster Spalding, faz-lhe uma longa introdução e diversas anotações, originando, assim, um novo texto da maior importância para a Igreja portuguesa.

Fé, ciência, cultura. Brotéria – Cem anos (em colaboração com Hermínio Rico), Gradiva, 2003, com prefácio de Eduardo Lourenço, é uma edição comemorativa do Centenário da Revista *Brotéria*, na qual José Eduardo Franco assina dois capítulos: a “História da Revista *Brotéria*” e as “Biografias dos Directores da *Brotéria*”. Imprime, ainda, o testemunho sobre a referida publicação de figuras de todos os quadrantes da vida portuguesa como o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, o Professor José Barata Moura, entre outros.

As Metamorfoses de um Polvo. Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (Séculos XVI-XVIII) (em co-autoria com



Paulo de Assunção), Prefácio Editora, 2004, prólogo de Mary Del Priore e prefácio de Maria de Deus Manso. Como se afirma na introdução desta obra, este é um estudo comparativo dos Regimentos da Inquisição Portuguesa onde os autores se propõem dar a conhecer a “origem e evolução do tribunal do santo ofício e das disposições legais que regulamentavam os seus procedimentos judiciais” (p. 19). Este volume disponibiliza, ainda, para o público em geral e para os historiadores interessados os cinco Regimentos da Inquisição, bem como o projecto de regimento do tempo de D. Maria I, apresentados comparativamente e com a respectiva actualização ortográfica. O estudo, para além da introdução contém sete capítulos uma conclusão e uma bibliografia. Dos anexos consta a transcrição rigorosa e actualizada dos diferentes Regimentos da Inquisição. O capítulo um debruça-se sobre as origens do Tribunal da Inquisição, explicando porque é que a coroa espanhola enveredou pela política anti-semita e como, em consequência, Portugal acabou por seguir o exemplo que lhe chegava do país vizinho. O capítulo dois trata da implantação do tribunal da Inquisição em Portugal e respectiva aprovação no reinado de D. João III (1521-1557), seguido da análise dos interesses que estiveram na base da sua expansão e respectiva regulamentação. O capítulo três analisa o Regimento de 1552 do Cardeal D. Henrique, as suas fontes inspiradoras, a influência do modelo espanhol e algumas formas de operar. O capítulo quatro dá-nos a conhecer a ramificação do tribunal Inquisitorial pelas colónias ultramarinas, da forma como foi criado o Santo Ofício e do Regimento do Conselho Geral de 1570. O capítulo cinco expõe o funcionamento do Santo Ofício durante o período da união da coroa portuguesa e espanhola (1580-1640), o reforço da repressão ante uma maior intervenção régia, o interesse demonstrado pelos bens que o tribunal confiscava, numa natural simbiose entre os interesses temporais e os interesses espirituais. O capítulo seis analisa o Regimento de 1613 de D. Pedro de Castilho, que passa a fazer constar do tribunal três inquisidores e não dois como até ali, alargando também a sua área de influência e reformando as disposições penais com a finalidade de aumentar a repressão.



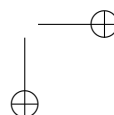
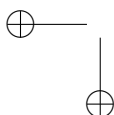
No capítulo sete procede-se a um estudo comparativo do Regimento de 1640 e do Regimento pombalino de 1774, mostrando como este último, ao tentar distinguir a autoridade do rei dos poderes eclesiásticos, resvalou para a absolutização e o despotismo do Estado que passou a assumir-se como protector da igreja colocando-se numa posição de supremacia. O leitor fica ainda a saber que é o regulamento de 1774 que acaba com a perseguição étnica, na tentativa de unificar todos os cidadãos do reino à volta de um mesmo ideal. A conclusão realça o facto de a Inquisição, ao querer impor à força uma única religião, ter promovido um clima de intolerância em claro desvio da “mensagem de amor, paz e fraternidade da doutrina cristã, bem como deformou o rosto de Deus, do Deus-Amor revelado por Jesus Cristo” (p. 93). Naturalmente, conclui-se que os inquisidores eram mais adeptos do Deus da guerra e da vingança que o Antigo Testamento nos dá a conhecer, do que da fraternidade cristã anunciada por Jesus. A Inquisição teve, assim, uma influência nefasta no cristianismo pois as pessoas, ante tanta crueldade, passavam a duvidar dos reais interesses da Igreja Católica.

Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa. Com edição dos escritos de Natália Correia sobre a “Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo” (em co-autoria com José Augusto Mourão), Roma Editora, 2004, prefácio de Luís Machado de Abreu, é uma obra composta por uma introdução, três partes, uma conclusão e um apêndice onde são imprimidos, pela primeira vez, escritos de Natália Correia sobre a “Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo” – doze textos – que enriquecem de forma significativa a literatura portuguesa. Este volume passa a ser uma obra capital na cultura portuguesa contemporânea porque apresenta de uma forma clara e rigorosa a influência do abade calabrês nas utopias milenaristas que surgiram em Portugal e no mundo ocidental. Na primeira parte é traçado um breve roteiro da vida e da obra do frade calabrês, na segunda parte analisa-se a influência de Joaquim de Flora na cultura ocidental, com o recurso a documentação



séria, mostrando-se que Joaquim de Flora e as suas teorias sobre a Terceira Idade foram, ainda em vida do frade, reconhecidas e apreciadas, tendo sido deformadas pela interpretação histórica a que foram sujeitas ao longo do tempo. O leitor fica ainda a saber que o frade calabrês deixou como herança aos vindouros a ideia de progresso histórico, a visão da história como palco da acção humana enquanto processo que rumava à plenitude e respectiva salvação (cf., pp. 76 ss.). A terceira parte trata da influência do joaquimismo na cultura portuguesa, desde os descobrimentos até à actualidade, quer do ponto de vista do sagrado, como é o caso do culto Popular do Espírito Santo, quer do ponto de vista de abordagens mais laicas como é o caso daquelas que nos deixaram Jaime Cortesão, António Quadros, Amorim Viana, Antero do Quental, Sampaio Bruno, Guerra Junqueiro, Leonardo Coimbra, Almeida Garrett, António Nobre, Afonso Lopes Vieira, Teixeira de Pascoais, António Sardinha, Alberto Monsaraz, Hipólito Raposo, Luís Almeida Braga, Francisco Cunha Leão, Gomes Leal, Álvaro Ribeiro e José Régio. No século vinte destaca, sobre o tema, a obra de Fernando Pessoa, Agostinho da Silva e Natália Correia. Desta última é-nos exposta a sua visão feminista do Espírito Santo, a qual faz realçar a figura da Rainha D. Isabel como mulher arquétipo de Portugal (cf., p. 126).

O mito do Marquês de Pombal (em co-autoria com Annabela Rita), Prefácio Editora, 2004, tem prefácios de Zília Osório de Castro e José António Ferrer Benimeli, contendo, ainda, uma nota de apresentação do Presidente da Fundação Marquês de Pombal, José Eugénio Tavares Salgado e da então Presidente da Câmara de Oeiras, Teresa Zambujo. O presente ensaio estrutura-se em dois pontos principais, a saber, a construção e a desconstrução do mito do Marquês de Pombal e a desmistificação camiliana de Pombal. Contém, ainda, uma conclusão, uma extensa bibliografia e uma “Marginália mínima” onde se imprime uma curta selecção de textos em verso e em prosa sobre a personalidade e a obra do Marquês de Pombal. O volume é enriquecido com a impressão



de diversas ilustrações em torno do Ministro de D. José. A primeira parte do ensaio esclarece os leitores da complexidade do governo a que o Conde de Oeiras presidiu despoticamente, atribuindo as causas do mito sobre o Marquês de Pombal à acção da Maçonaria, associação à qual deverá ter pertencido e que provavelmente quis fazer dele um precursor da Revolução Francesa, dos direitos humanos, bem como dos valores liberais e da feroz perseguição aos jesuítas. Mas, como se diz no ensaio, “Se, por um lado, procurou em teoria iluminar e libertar Portugal, na prática, desenvolveu uma política altamente repressiva, não dando margem de manobra a quem pretendesse inovar ou pensar fora dos limites estreitos da obediência pura aos ditames do Estado e à ordem estabelecida pela ideologia política dominante” (p. 34). A segunda parte trata da desmistificação que Camilo Castelo Branco tentou fazer do período pombalino onde o déspota aparece quase sempre envolto numa aura luminosa. Em 1882 dava-se a comemoração exaltada do governo a que Pombal presidiu e Camilo reagiu escrevendo um *perfil* do Ministro dando origem a “uma espécie de lenda negra de Pombal para minar de forma incoercível o mito luminoso que se estava erguendo em torno deste político português [...] Camilo fez deste déspota, por contraponto, um mestre do terror, da tirania e da opressão” (pp. 61-62). Ao longo desta parte analisa-se, passo a passo, o cuidado de construção do texto camiliano com o intuito de criar de facto uma imagem do Marquês, não de exaltação, como pretendiam na altura os promotores das comemorações, mas pondo em destaque o rol de ignomínias e atentados à liberdade individual, que o seu governo levou a termo. Esta parte tem ainda o mérito de por ao lado do texto literário de Camilo sobre o Marquês, outro escrito, também literário mas mais recente, sobre a mesma personagem, intitulado *Sebastião José*, biografia romanceada da autoria de Agustina Bessa-Luís.

Dois exercícios de ironia (em co-autoria com Luís Machado de Abreu), Prefácio Editora, 2005, com prefácio de José Augusto Mou-



rão, é uma publicação que contém, como é hábito nos trabalhos do José Eduardo Franco, a edição crítica e actualizada de dois textos e um apartado de gravuras que mostram o lado irónico e caricatural do antijesuitismo que se vivia em Portugal e que serviram de base ao ensaio: um de Antero de Quental, *Defesa da carta encíclica de Pio XI*, o outro de Sena de Freitas, *Contra os jesuítas*. O ensaio que antecede a impressão das gravuras e a edição dos textos originais de Antero e Sena de Freitas, para além de explicitar o conteúdo dos mesmos, situa-os historicamente no seio das polémicas que suscitaram. Este trabalho é a expressão dos contrastes entre a defesa de um conjunto de ideias assumidas contra o próprio modo de pensar e ser dos seus defensores, como é o caso da referida carta papal comentada por Antero e do ataque desferido pelo Padre Sena de Freitas aos jesuítas, não fosse a ironia a arte de dizer uma coisa por outra, criando um jogo linguístico perceptível apenas no meio em que se pretende afirmar. Aqui, explica-se aos leitores o surgimento dos respectivos ideários no conjunto das ideias dos seus autores, deixando-se informações adicionais sobre a defesa da Arte enquanto substituta da religião no caso de Antero. O leitor fica a saber que estes textos têm como pano de fundo a crítica à igreja católica e às ordens religiosas em nome da deusa razão que se queria impôr no lugar de Deus, que ia sendo desterrado pela mentalidade laica para outros domínios, como de certo modo também acontecia no seio da religião, de que é exemplo Sena de Freitas que recorria à ironia para acompanhar o movimento racionalista em defesa do catolicismo que professava.

Inquisição Portuguesa: Tempo, Razão e Circunstância (em colaboração com Luís Filipe Barreto, José Augusto Mourão, Cristina da Costa Gomes e Paulo de Assunção), Prefácio/Arkê, 2007, com prefácio de António Borges Coelho. É um volume composto para o mercado português e brasileiro a partir das comunicações apresentadas ao Congresso com a mesma designação que ocorreu na Reitoria da Universi-

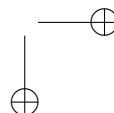
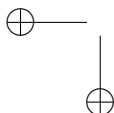




dade de Lisboa, em Outubro de 2004. As áreas contempladas foram: Inquisição e Poderes; Inquisição e Judaísmo; Inquisição e o Mundo Extra-Europeu; Inquisição e Cultura; Inquisição e Ensino; Universos da Inquisição. Como referem os organizadores “a Inquisição é uma instituição de mil faces, um cruzamento de poderes políticos e religiosos, económicos e culturais. Cruzamento de poderes e de poderosos, mas também de funcionários e afins e, acima de tudo, cruzamento entre perseguidores e perseguidos, entre grupos oficiais e gentes lançadas para as margens da vida, da tortura, sofrimento, exclusão, diáspora forçada”. Aqui, então, aprofundam-se os aspectos mais significativos da Inquisição em Portugal, circunstâncias do seu aparecimento e expansão, sua razão de ser e formas de actuar ao longo dos séculos em que manteve a sua actividade.

Manuel Antunes, Repensar a Europa e a globalização, Multinova, 2006, é uma publicação onde José Eduardo Franco reúne os textos fundamentais que este erudito dedicou à Europa e à Globalização, publicados anteriormente na *Brotéria* e que revelam a sua visão profética, colocando-o como um dos maiores pensadores do século XX, estatuto que continuou a grangear na refrega revolucionária de Abril de 1974 em que Portugal perdeu definitivamente o Império e passou a ser uma sociedade aberta, centrando a esperança do futuro numa Europa rica e desenvolvida, na qual acabamos por nos integrar, sem jamais almejar o mesmo desenvolvimento humano e prosperidade económica.

Tratado da Quinta Monarquia de Sebastião de Paiva (em co-autoria com Bruno Cardoso Reis), Imorensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, com prefácio de Arnaldo do Espírito Santo, que também assume a revisão científica. O propósito desta edição é tornar este texto do século XVII “legível e compreensível ao leitor contemporâneo [...] fa-





culta[ndo] o seu acesso a um público mais alargado” (p. 118) sem contudo se descuidar a impressão rigorosa do manuscrito da época. A edição contém, ainda, da autoria de Manuel Gandra, um Índice dos autores que de uma forma ou de outra, aparecem referidos na obra do frade trinitário (cf. pp. 121-158). Nesta apresentação, torna-se necessário referir o longo estudo introdutório, mais de uma centena de páginas, da autoria de José Eduardo Franco e Bruno Cardoso Reis onde se dá a conhecer ao público em geral a visão sebástica que frei Sebastião de Paiva fixou em 1641 no manuscrito que agora, 365 anos depois, pela primeira vez, conhece edição impressa. Nesta introdução, ao longo de vários pontos, tendo sempre como pano de fundo o messianismo português, dá-se a conhecer a corrente messiânica e Imperial que tem andado associada a várias culturas ocidentais, tais como o Império Romano e a escatologia bíblica. Mas, sobretudo, situa-se o seu autor na linhagem dos milenarismos europeus em geral e do milenarismo português em particular. No ponto 10. da introdução apresenta-se de forma clara e sintética o conteúdo do tratado que a seguir se imprime e no ponto 11. aduzem-se as radicais diferenças da interpretação do fenómeno sebástico português do, ainda hoje pouco conhecido, Frei Sebastião de Paiva e do ilustre conhecido Padre António Vieira que, Sebastião de Paiva, não hesitava em classificar de oportunista, pois considerava que o messianismo defendido pelo padre jesuíta tinha um interesse marcadamente político, em total consonância com o poder temporal que os monarcas da Casa de Bragança exerciam em Portugal. Neste estudo chama-se a atenção dos leitores para o facto desta obra se constituir como “um dos testemunhos mais importantes da influência da teologia da história de Joaquim de Flora a nível erudito em Portugal” (p. 110).

O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente, 2 vols, Gradiva, 2006/2007, com prefácios de Bernard Vincent, Philippe Boutry e Luís Filipe Barreto, Gradiva. Esta é uma obra monumental, mais de mil páginas no conjunto dos dois volumes, que é já um marco na



investigação do jesuitismo em toda a sua dimensão. O seu conteúdo reflecte a aturada e profusa investigação feita por José Eduardo Franco para obter o título de Doutor e engrandece de forma inovadora e dinâmica, o conhecimento das polémicas relações de amor e de ódio, da ascensão e da queda, as conspirações, influências, manipulações, dos jesuítas com os poderes instituídos. Ao longo da investigação o autor aborda as principais linhas constitutivas da Companhia de Jesus que se afirmou como instrumento da Contra-Reforma, fundada por Inácio de Loyola em 1534 e confirmada pelo papa Paulo III através de Bula no ano de 1540, chegando, nesse mesmo ano a Portugal, primeiro país a acolher a Ordem após a aprovação papal, através de Francisco Xavier e Simão Rodrigues. A influência modeladora da sociedade e do Estado que manteve ao longo de vários séculos é aqui longamente escrutinada. Se Portugal foi o primeiro país a acolher a Ordem, também viria a ser o primeiro a expulsá-la, acto, aliás, que repetiu por três vezes: na época do iluminismo pombalino; na implantação do liberalismo em 1834 e no alvor da República em 1910. Também o papa Clemente XIV, no ano de 1773, extinguiu a Companhia de Jesus, tendo sido de novo aceite no seio da Igreja Católica por decisão do papa Pio VII em 1814. José Eduardo Franco, partindo do facto do Marquês de Pombal ser o iniciador do mito da Companhia de Jesus em Portugal, analisa os precedentes e os consequentes desta atitude. Numa primeira parte considera, particularmente, a génese do jesuitismo e do anti-jesuitismo, a implantação dos jesuítas em Portugal e as consequentes polémicas que se levantaram em torno da sua acção, a ida da Companhia para o Brasil, a sua relação com a Inquisição, bem como a sua influência no campo educativo. A segunda parte dedica-a à construção e difusão pombalina do mito jesuíta, considerando as tomadas de posição do novo sentimento religioso, em confronto, agora, com a exaltação do progresso científico e da consequente emancipação dos cidadãos surgida com o iluminismo, levando, pela primeira vez, à expulsão da Companhia de Jesus do território português. Na terceira parte analisa a acção dos jesuítas em Portugal após a difusão do mito pombalino, o retorno e a restaura-



ção da Companhia, a segunda expulsão ocorrida em 1834 e a terceira que aconteceu em 1910, concedendo especial atenção ao pensamento português que antes da instauração da República contribuiu de forma decisiva para continuar a alimentar no seio do nosso povo e na tradição pombalina, a diabolização desta Ordem, que quase sempre era apontada como um dos principais responsáveis do decaimento de Portugal. Nas palavras de Philippe Boutry, director do Centre d'Anthropologie Religieuse Européenne da École des Hautes Études en Sciences Sociales, este trabalho “fundado em grande erudição e fecundado com inteligência histórica [...] constitui uma notável contribuição para a história e para a antropologia religiosa da modernidade”.

Le mythe jésuite, au Portugal, au Brésil, em Orient et en Europe (XVI-XX siècles), Arké, 2008, com prefácio de Bernard Vincent, Director do Centre de Recherches Historiques Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris é a publicação da edição original num só volume de mais de oitocentas páginas do trabalho anteriormente apresentado, redigido em língua francesa.

A inquestionável qualidade desta investigação já tinha sido distinguida, por unanimidade, com a atribuição do Prémio Livro 2004 da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Espiritualidade e Sociedade em Portugal ao tempo de Frei Luís de Granada (em colaboração com José Augusto Mourão, Ana Cristina da Costa Gomes e Aires Henriques), Casa de Pedrogão Grande, 2007, os estudos aqui publicados sobre Portugal, recaem na quase totalidade no século XVI pois Luis de Granada, frade dominicano, tendo nascido em Granada em 1504 faleceu em Lisboa em 1588, aos 83 anos, tendo vivido 47 anos em Portugal. Este clérigo foi professor de Filosofia e Teologia, confessor de D. João III, da rainha D. Catarina e do Cardeal D. Henrique. Com tamanhas relações na esfera do poder, rejeitou o





bispado de Viseu, o arcebispado de Braga e ainda o lugar de Cardeal para o qual tinha sido nomeado pelo papa Xisto V, pois, como afirmava, acima das honrarias terrenas, estavam os votos de serviço a Deus e ao próximo, a missão, a caridade, a proximidade e o recolhimento daqueles que a sociedade exclui e põe de parte, os quais em Portugal, no seu tempo, eram em número elevado. Nada melhor, então, num tempo de efectiva cumplicidade entre a Igreja e o Estado, orientar a análise social, política e religiosa através do exemplo da vida e da obra de uma figura singular como Luís de Granada que recusou as honrarias para efectivamente se dedicar, como mandam os Evangelhos, aos mais desprotegidos da sociedade.

Homem de palavra: padre Sena Freitas (em co-autoria com Luís Machado de Abreu, Annabela Rita e Jorge Croce Rivera), Roma Editora, 2008, com prefácio de D. Manuel Clemente, é um excelente volume sobre a vida e a obra do padre Sena Freitas que para além dos trabalhos de interpretação dos organizadores, conta, ainda, com uma vasta colaboração de outros autores e com a publicação de textos diversos do próprio Sena Freitas, autor que pese embora a sua condição de padre não se alheou dos grandes debates do seu tempo, quer no que diz respeito à positividade do catolicismo e à humanidade de Cristo, quer no que se relaciona com a mentalidade científica vigente com a extrema exaltação do positivismo, arrastando, quase sempre, uma acérrima crítica ao pensamento simbólico e à vivência religiosa. O volume recupera e imprime um interessante esboço autobiográfico da autoria do próprio Sena Freitas.

Padre António Vieira, grandes pensamentos, aforismos e adágios, Gradiva, 2008, volume coordenado por José Eduardo Franco, que também assina o prefácio. É composto por uma recolha e selecção de pensamentos e aforismos extraídos dos muitos escritos do Padre António





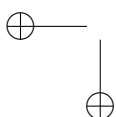
Vieira por Patrícia Torres e Cátia Limpo. Os temas escolhidos abarcam a diversidade da existência humana: Deus-Homem-Mundo, a paz e a guerra, o ódio e o perdão, a amizade, a liberdade, o determinismo e o livre arbítrio, as profecias e os profetas, entre outros. Este volume com quase duzentas páginas, disponibiliza ao leitor comum, uma antologia criteriosa, disposta em pequenos textos e fragmentos, que por si sós são reveladores da profundidade e da multiplicidade do pensamento do Padre António Vieira.

O Padre António Vieira e as mulheres: o mito barroco do universo feminino (em co-autoria com Maria Isabel Morán Cabanas), Campo das Letras, 2008. Esta edição surgida em plena comemoração do IV Centenário do nascimento do Padre António Vieira, ao longo de mais de duas centenas de páginas, reúne uma selecção de textos nos quais o pregador jesuíta analisa o universo feminino. Desta forma, os autores fornecem-nos uma visão mais límpida da reflexão sobre as mulheres na panóplia dos textos vieirinos e o respectivo enquadramento desses comentários na maneira como na época se tratavam os assuntos femininos, não deixando, aqui e ali, de manifestar uma visão arrojada sobre o tema. No seu percurso a monografia privilegia a percepção barroca do universo feminino e respectiva caracterização; as preocupações com os modelos femininos de castidade e de volúpia; a virgindade, a maternidade e o casamento; a mulher e a santidade.

Este trabalho foi distinguido com o prémio Monografia da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Este volume foi traduzido para italiano com o título *Padre Antonio Vieira e le Donne. Il mito barocco dell'universo femminile*, Aracne editrice, 2013.

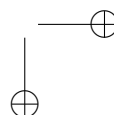
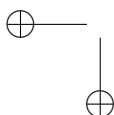
O Padre António Vieira e as mulheres: o mito barroco do universo feminino (em co-autoria com Maria Isabel Morán Cabanas), Arké,





2008, com prefácio assinado por Tom Earle da Universidade de Oxford, é a edição para o mercado brasileiro do ensaio anteriormente apresentado.

Padre Manuel Antunes, sj. Um mestre do pensamento português e europeu (em co-autoria com Luís Machado de Abreu), Estratégias Criativas, 2008, é uma obra biográfica dedicada a este jesuíta que foi um dos maiores intelectuais que Portugal conheceu no século vinte. Para além da habitual introdução e conclusão, este volume é composto por quatro partes, contando, ainda, com um apartado de anexos e uma cronobiografia. Na primeira parte são traçados os principais marcos da vida e da obra de Manuel Antunes; na segunda parte expõe-se o perfil e o percurso intelectual do padre Jesuíta, relevando que a sua reflexão revestiu um carácter universal, desenvolvendo-se através de uma acção pedagógica notável, pela qual se revelou como mestre da humanidade e se empenhou no cumprimento de Portugal após a revolução de Abril de 1974; na terceira parte analisa-se a novidade da sua filosofia da cultura no ambiente europeu e mundial; na quarta parte expõe-se a sua reflexão em torno da Europa e da Globalização, realçando o facto de ter apelado de forma singular para a necessidade de conciliar contrários sociais como o mundialismo e o etnocentrismo. Manuel Antunes acreditava que só pela convergência das diferenças se poderia chegar a uma nova Europa que fosse capaz de se assumir como uma grande Nação formada pela confluência de todos os Estados em pleno ideário de Paz, Tolerância e Concórdia. Na nova ordem europeia destacava o papel de Portugal que lhe parecia poder impor-se como modelo para a nova universalidade. Os anexos contêm excertos de entrevistas reveladoras da acção e do pensamento do padre jesuíta que no quotidiano fascinava, igualmente, personagens tão díspares como as que aqui prestam o seu testemunho, a saber, Sophia de Mello Breyner, Lima Barreto, Maria do Céu Guerra, José Barata Moura, Matilde Sousa Franco e o General Ramalho Eanes.





Cultura madeirense: Temas e problemas, Campo das Letras, 2008, publicação coordenada por José Eduardo Franco, que também assina o prefácio. Este volume torna públicas as comunicações apresentadas ao Congresso promovido pela Associação de Universitários Madeirenses com sede em Lisboa que decorreu entre o Natal e o Ano Novo de 1990. Nele participaram figuras madeirenses de relevo nas letras e cultura portuguesa, entre as quais, Fernando Dacosta, Joel Serrão, Luís Lindley Cintra e Paquete de Oliveira. Dezoito anos depois do acontecimento e numa sociedade completamente aberta e mediatizada, esta obra impõe-se, tal como diz o seu coordenador porque, cada vez mais, é “na salvaguarda das particularidades culturais de cada povo que [se] encontra [...] a possibilidade de fortalecer em termos de horizonte de sentido e de capacidade de mobilização para transformar a sua terra e o seu meio social, na perspectiva de um desenvolvimento sustentado para enfrentar o futuro com uma esperança assente em alicerces mais fundos”.

Jardins do mundo: discursos e práticas (em colaboração com Ana Cristina da Costa Gomes), Gradiva, 2008, para além de assinar o prefácio, José Eduardo Franco é ainda autor do texto “Madeira, mito da Ilha-Jardim”. Este volume, com uma nota assinada por Alberto João Jardim e um texto de abertura da autoria de Eduardo Lourenço, contém os trabalhos apresentados ao Congresso Internacional – *Jardins do Mundo: Discursos e Práticas*, que decorreu em Maio de 2007 no Centro de Congressos da Madeira, na cidade do Funchal. Como se diz no Prefácio “o congresso realizou-se numa ilha e num jardim, explorando toda a dimensão significativa destes dois conceitos inter-relacionados [...] a ilha sendo jardim e o jardim sendo ilha, torna o jardim mais magnífico e a ilha mais encantadora”. Este é um livro inovador no panorama editorial português, transbordando luz, cor e harmonia, enquanto revela, ao longo de mais de setecentas páginas e dezenas de ilustrações, uma visão multifacetada de jardins espalhados por todo o





mundo, bem como de diversas práticas que caracterizam a sua análise. Nele encontramos o resultado de investigações dedicadas, entre outros temas, aos jardins medievais, às ilhas-jardim, aos jardins da Suécia, da Alemanha, do império brasileiro, do Japão, de Portugal, da Madeira e dos Açores, aos jardins ameríndios e maçónicos, bem como ao lugar que os jardins ocuparam, por exemplo, na literatura grega antiga.

Padre António Vieira: Imperador da Língua Portuguesa (em co-autoria com Maria M. Baptista), Correio da Manhã, 2008, é uma edição para o grande público da biobibliografia de António Vieira, na qual se dá a conhecer numa linguagem simples e clara, os aspectos mais marcantes da longa vida e da extensa obra deste marco cimeiro da literatura e cultura portuguesa.

Entre a selva e a corte, Esfera do Caos, 2009, é uma antologia de textos sobre a vida, a obra e os feitos do Padre António Vieira, nas suas dimensões política, religiosa, literária, social e cultural, composta por escritos de autores consagrados e outros da nova geração de investigadores que trazem uma visão renovada e não raras vezes polémica deste grande jesuíta e embaixador português em terras do império. Ele que além de se ter tornado uma referência da língua portuguesa, é também símbolo da luta em favor dos desprotegidos, os mais desprotegidos de todos, como eram na altura as comunidades indígenas, desafiador das ordens do Reino e dos decretos daqueles que em Portugal detinham e administravam o poder.

Dança dos demónios – intolerância em Portugal (em colaboração com António Marujo), Temas e Debates, 2009, é um grosso volume totalmente dedicado à problemática das intolerâncias. Aqui, um conjunto diversificado de especialistas tratam do anti-semitismo, anti-





-islamismo, anticlericalismo, antiprotestantismo, antijesuitismo, anti-maçonismo, antifeminismo, antiliberalismo, anticomunismo, antiame-ricanismo. Reconhecendo-se o facto de hoje vivermos numa sociedade aberta dominada pela liberdade, pluralismo, tolerância e respeito pela cultura e crença dos outros, reflecte-se sobre os problemas da exclu-são e perseguição àqueles que, noutros tempos e em diferentes lugares, não seguem os cânones da ideologia dominante. Como se refere na in-trodução “No entanto, bastas vezes se fendem e sangram as cicatrizes mal saradas desse passado conspiracionista e intolerante”. Esta é as-sim uma obra ímpar no panorama editorial português, constituindo-se como a antecâmara do tão aguardado *Dicionário dos antis: história da cultura portuguesa em negativo*, onde a temática terá um tratamento exaustivo.

Ordens e Congregações religiosas no contexto da Iª República (em colaboração com Luís Machado de Abreu), Gradiva, 2010, com prefá-cio de Manuel Joaquim Gomes Barbosa, é uma publicação totalmente dedicada às relações da religião católica com o regime republicano que então iniciava funções. Ao longo do volume, diversos especialistas põem a claro as diversas tensões surgidas com a atitude de confron-tação e hostilização compulsiva a que o novo regime submetia todas as formas de vida consagrada. Aqui analisa-se a vida contemplativa, a presença das Ordens na ciência e cultura portuguesa, a missão, a igreja e o direito republicano, entre outros assuntos. Em plena vi-gência do sistema democrático, reveste-se do maior interesse o cabal esclarecimento das relações entre a Igreja e o Estado para que se possa compreender melhor que a liberdade que a República e os republicanos reivindicavam em 1910, serviu, em relação ao catolicismo e a diversas Ordens religiosas, os interesses sectários e mesquinhos de uma ideo-logia de exclusão, perseguição e humilhação das principais figuras da República. Como se diz na introdução “Graças à riqueza e diversidade dos contributos aqui reunidos, os institutos religiosos, além de ganha-





rem renovada visibilidade junto de leitores interessados, revelam-nos o segredo da sua vitalidade e persistência, não obstante os dolorosos obstáculos e perseguições que tiveram de enfrentar”.

Dicionário histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal (em colaboração com Ana Cristina da Costa Gomes e José A. Mourão), Gradiva, 2010, com prefácio de Jorge Sampaio, é uma obra única no panorama editorial português onde pela primeira vez se publica um dicionário ilustrado abrangente e ecuménico que trata, em simultâneo, as Ordens católicas, hindus, budistas, maçónicas, esotéricas, templárias, míticas, honoríficas e profissionais, procedendo à análise da sua constituição, desenvolvimento e interacção com a sociedade. Dá-se ainda especial atenção ao património edificado e preservado por todas elas. Para este volume contribuíram mais de duzentos investigadores de todas as áreas científicas num assumido “quadro da intensa renovação que, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, atingiu a historiografia portuguesa, envolvendo também, e necessariamente, a historiografia religiosa e a história das instituições eclesiásticas”.

Dicionário Histórico das Ordens Religiosas institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal, Gradiva, 2010, com prefácio de Manuel Joaquim Gomes Barbosa, s.c.j., é um denso volume enciclopédico profusamente ilustrado e amplamente participado que pretende, nas palavras do seu director e coordenador José Eduardo Franco dar a conhecer “de forma rigorosa [...] o quanto, tantos monges e monjas, frades e freiras tiveram e continuam a ter presença e influência significativas em Portugal”. Aqui podemos constatar o dinamismo empreendedor e solidário, a missão, o interesse pela arte e a cultura, o património, a ciência e a espiritualidade de muitos homens e mulheres que morando mais ou menos em clausura, com votos como a pobreza e a castidade como orientadores da sua vida,

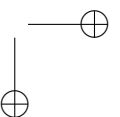
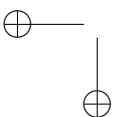




parecendo viver de costas viradas para o mundo, pela sua acção e conhecimento puderam acrescentar algo àquilo que encontraram, sendo determinantes quer na ciência, quer nas artes e letras, mas também e fundamentalmente na presença efectiva junto das franjas marginalizadas da sociedade, no recolhimento e instrução, daqueles e daquelas que a sociedade ostensivamente põe de parte, isto é, num país pobre como Portugal, quase sempre uma quantidade apreciável de homens e mulheres em todos os tempos e lugares.

Europa de Leste e Portugal (em colaboração com Beata Cieszynska e Teresa Pinheiro), Esfera do Caos, 2010, é um texto em torno das relações estabelecidas entre os povos de cultura eslava e da Europa de Leste com Portugal desmistificando uma imagem imposta pelos blocos políticos e ideológicos que emergiram com a guerra fria e a tentativa de reescrever essas relações por imposições políticas. O outro que não era como nós acabava por ser rejeitado por ambas as partes, não se considerando nem o comum nem o divergente. Esta é a primeira tentativa ibero-eslava de compreender os traços unitivos e distintivos de ambos os blocos e respectivas relações filosóficas, políticas e artísticas. Este volume foi traduzido para inglês com o título *Peripheral identities: Iberia and Eastern of Europe between dictatorial past and the european presente*, Pearlbooks, 2011.

Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão portuguesa. Documentação, três volumes, Esfera do Caos, 2011, com prefácio de Roberto Carneiro, apresentação de Arnaldo do Espírito Santo e introdução geral assinada em conjunto por José Eduardo Franco e Luís Pinheiro. Este é o resultado de um projecto imenso que permitiu a recolha da pequena parcela do arquivo do Vaticano que se refere a Portugal, nomeadamente ao período desde a expansão portuguesa até ao século XX. Esta edição tornou-se um importante instrumento de pesquisa para o conhecimento



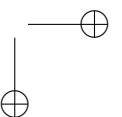
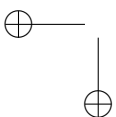
histórico, político e religioso no quadro das relações de Portugal com as vastas regiões do império ultramarino. Como afirma José Eduardo Franco “A publicação dos sumários dos documentos referentes a Portugal e aos territórios sob a sua administração no período moderno permitirá o desenvolvimento de novos e fecundos trabalhos sobre a presença e acção da Igreja Católica naqueles territórios”. O tomo I reúne os sumários da documentação referente à Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas, o tomo II abarca os sumários respeitantes ao Oriente, enquanto o tomo III contém os sumários respeitantes ao Brasil.

Um pedagogo da democracia. Retratos e memórias sobre o padre Manuel Antunes, Gradiva, 2011. Esta obra, tal como o título indica, reúne uma série de depoimentos, alguns em forma de entrevista conduzidas por José Eduardo Franco, daquele que foi um dos intelectuais mais respeitados e apreciados no meio científico e cultural português, bem como alguns apontamentos sobre os aspectos centrais da sua acção e pensamento. Os pontos de vista aqui expressos são assinados por personalidades tão diversas como D. António Ribeiro, Padre Lúcio Craveiro da Silva, D. Manuel Clemente, Eunice Muñoz, Luís Miguel Cintra, Maria do Céu Guerra, João Bénard da Costa, Sophia de Mello Breyner, Miguel Real, José Barata Moura, Manuel Ferreira Patrício, Rogério Fernandes, Jaime Gama, Ramalho Eanes, Mário Soares, entre outros. Dá-se assim expressão ao que se refere na apresentação do volume que nos lembra ser “unanimente reconhecido que Manuel Antunes marcou de forma indelével várias gerações de alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa na segunda metade do século XX”, construindo-se num espaço abrangente “uma escola de admiração em torno da figura de Manuel Antunes por parte dos alunos e de muita gente que, de diferentes modos o conheceram e conviveram com este professor de letras e Padre Jesuíta”.



O esplendor da austeridade, IN-CM, 2011, este é mais um raro e belo livro editado em Portugal sob a direcção de José Eduardo Franco. Grosso e denso exemplar para ver e para ler, intercalando texto e imagem, onde se podem contemplar retalhos artísticos de Portugal de um esplendor ímpar, lembrando-nos, em tempo de crise ou de crises que o empreendedorismo sempre venceu as adversidades, resolvendo necessidades materiais, mas da maior importância na tradição religiosa, deixando um lastro de beleza onde se faz tributo à bondade divina e se tenta, com tal grandeza, reconciliar o homem com o Criador. A austeridade afirma-se enquanto característica da vida religiosa e parece, aqui, fazer da procura da Beleza o motivo para suportar a existência que tantas vezes nos surge como absurda. O volume imprime texto quanto baste para ajudar a compreender o labor da vida consagrada na fixação do retrato no tempo, um labor que soube acrescentar beleza às paisagens naturais com que os sentidos se inebriavam. Como aqui se constata, a Beleza edificada era assumida como esplendor da Beleza divina e complemento da Beleza natural, tendo, assim, uma função material assumida, quer fosse de culto, de hospitalidade, de habitação ou simplesmente de ornamentação.

A Europa segundo Portugal. Ideias da Europa na cultura portuguesa século a século (em colaboração com Pedro Calafate), Gradiva, 2012, é um volume constituído por diversos textos em torno da relação de Portugal com a Europa após a queda do Império. Esta aproximação é muitas vezes entendida como fuga e salvação ante a grandeza perdida, que os anos da democracia foram exacerbando. Contudo, como este ensaio nos mostra, tal sentimento foi-se acentuando desde o iluminismo do Marquês de Pombal, ainda na vigência do Império, que idealizou uma Europa que não existia e da qual uma parte dos decisores portugueses sempre se quis aproximar sem nunca o ter conseguido. Daí o servilismo que lhe mostramos, nada fazendo para nos afirmarmos





naquilo que nos distingue, característica que nos tornou servos da Europa e não seus iguais.

Portugal e o mundo: o futuro e o passado. 8. Portugueses no Golfo Pérsico (em colaboração com Maria Manuel Baptista), Centro Nacional de Cultura e Publicações D. Quixote, 2012, é um volume em que se continua a tratar das relações de Portugal com o resto do mundo e do labor dos portugueses que aí vivem e trabalham, desta vez confinada ao Golfo Pérsico.

Jesuítas, ciência e cultura no Portugal Moderno (em colaboração com Henrique Leitão), Esfera do Caos, 2012, é uma obra dedicada ao jesuíta Padre João Pereira Gomes, possuidor de uma obra singular e prolixa. Um entre tantos jesuítas que muito laboraram para acrescentar saber ao saber, deixando-nos uma obra notável que agora nos é apresentada nos seus traços mais significativos. Pretende-se, com esta edição “Revisitar e recuperar, para o conhecimento e estudo do grande público, o trabalho paciente e rigoroso do Pe. João Pereira Gomes” prestando o tributo que se impunha a um jesuíta que muito contribuiu “para o conhecimento da vida cultural da Companhia de Jesus e, mais geralmente, para o conhecimento da história intelectual do nosso país”, cujos trabalhos “são peças indispensáveis na reconstrução historiográfica da vida intelectual e científica portuguesa do passado”.

Empreendedorismo Educativo dos Jesuítas no Portugal Moderno: Polémicas, Realidades e Imagens (em colaboração com Isabel M. Cabanas), Grácio Editor, 2012. Este estudo põe mais a claro o trabalho pedagógico da Companhia de Jesus nos tempos actuais, sem fugir aos estereótipos que marcam a opinião feita sobre esta Ordem e, em contraposição, contrariando com imagens e factos os preconceitos cente-





nários em torno dos jesuítas. Como os autores referem, com esta edição da “representação endereçada pelos jesuítas portugueses ao rei de Espanha no dealbar do século XVII pretende recuperar um documento importante que resulta de uma acesa controvérsia em torno do investimento educativo da Companhia de Jesus em Portugal. Esta aposta forte na escolarização generalizada traduz-se na construção da primeira rede nacional de ensino médio e articula-se com a criação em curso da primeira rede global de ensino promovida, na Modernidade, pela ordem religiosa fundada pelo basco Inácio de Loyola”. Como é normal nos trabalhos de José Eduardo Franco o documento *Informação sobre a causa dos Estudos do Reino de Portugal (1611)*, é aqui, na totalidade, traduzido, anotado e comentado pelos autores.

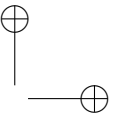
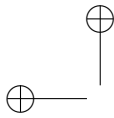
Jesuítas e inquisição. Cumplicidades e contradições (em colaboração com Célia Cristina Tavares), Sinais de Fogo, 2012, é mais um testemunho bem documentado sobre a complexidade das relações da Ordem de Jesus com o poder temporal, nomeadamente sobre o tão mitificado, ampliado e nem sempre bem compreendido tema da Inquisição. A Inquisição é um tema explosivo. Se juntarmos os Jesuítas à Inquisição, mais explosiva se torna a matéria de estudo. Como aí se diz “A tentação de tomar posição, de julgar o passado, torna-se quase irrefreável, caindo-se, vastas vezes, em apreciações simplistas. Pintamos a história a preto e branco e facilmente nos armamos em juízes ferozes dos nossos antepassados”. Impõe-se, por isso, saber situar os problemas nos respectivos contextos, evitando juízos apressados de outros tempos cuja dinâmica nos é desconhecida quase na totalidade. Desta forma “O exercício da compreensão será sempre a melhor forma de valorizar e entender a vida que hoje desfrutamos nas nossas sociedades abertas, cujo modelo resultou de um longo caminho, muitas vezes árduo, marcado por dramas e tragédias, utopias e conquistas daqueles que vislumbraram a possibilidade de se construir uma sociedade melhor”.



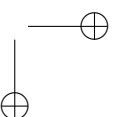
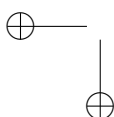
Um Dicionário de Cultura Católica: Instituições, Cargos, Hierarquias, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2012, trabalho temático em torno da multiplicidade da cultura católica em Portugal e no mundo que torna mais fácil as pesquisas daqueles que se dedicam a estes assuntos nas suas variadas e complexas dimensões.

Fernão de Oliveira, Gramática da Linguagem Portuguesa (em colaboração com João P. Silvestre), Fundação Calouste Gulbenkian, 2012, esta publicação é a edição actualizada, contendo o respectivo *Fac-simile*, da Gramática da Língua Portuguesa de Fernão de Oliveira, cuja primeira edição é de 1536. Contém uma extensa introdução (pp. 7-43), a impressão *fac-simile* do original, lado a lado com a sua tradução e respectiva fixação, comentário e crítica do texto (pp. 45-195), terminando com uma parte onde se inserem os índices e respectiva bibliografia (pp. 197-247).

Repensar a Europa. Europa de longe, Europa de perto (em colaboração com Teresa Pinheiro e Beata Cieszyńska), Gradiva, 2013, obra que aborda a temática em torno da Europa e das suas crises, através da reflexão e estudo sobre as crises dos fundamentos das diversas identidades europeias, na tentativa de compreender o presente e abrir perspectivas para o futuro. Reúnem-se aqui diferentes olhares sobre a Europa que já foi, a que se construiu e aquela que se deseja que possa vir a ser, relativizando, propositadamente, o discurso do momento em torno da economia e do euro. Todas as análises se preocupam mais com a efectiva realidade europeia, do que com uma ideia mitificada da Europa. Este volume foi traduzido para inglês com o título *Ideas offfor Europe: An interdisciplinary approach to European Identity*, Peter Lang, 2012.



Portugal Empreendedor: Trinta Figuras empreendedoras da Cultura Portuguesa. A relevância dos modelos para a promoção do empreendedorismo (em colaboração com Jacinto Jardim), IN-CM, 2013, com prefácio de Joaquim de Azevedo. Depois desta editora ter publicado o belo trabalho sobre a austeridade e o empreendedorismo na secular história da Igreja em Portugal, imprime agora um estudo em torno do papel central que as figuras modelares do empreendedorismo podem desempenhar no desenho de novos planos empreendedores que ajudem os indivíduos em particular e a sociedade em geral, a combater a crise que se instalou e destruiu parte da organização sócio-económica em que nos tínhamos habituado a viver, caracterizado, como ainda continua a ser, pelo vector económico e pelo consumismo exacerbado. A obra divide-se em três partes. Na primeira parte procede-se à fundamentação teórica de uma cultura e mentalidade empreendedoras, tratando-se do “contexto sociocultural e razões justificativas da promoção do empreendedorismo”, da “Relevância da promoção do empreendedorismo e das competências empreendedoras”, das “Tendências atuais para a formação de empreendedores”, dos “Conceitos fundamentais da educação para o empreendedorismo”, das “Competências empreendedoras” e também das “Estratégias para o ensino-aprendizagem do empreendedorismo”. Na segunda parte, traça-se, por um conjunto alargado de especialistas, perfis abreviados de figuras históricas empreendedoras como, D. Afonso Henriques (c. 1109-1185); D. Isabel de Aragão (c. 1270-1336); D. Nuno Álvares Pereira (1360/70-1431); Infante D. Henrique (1394-1460); D. João II (1455-1495); Fernando Oliveira (c. 1507-c. 1582); Padre António Vieira (1608-1697); Marquês de Pombal (1699-1782); Padre Sena Freitas (1840-1913); Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928); Gago Coutinho (1869-1959); Ana de Castro Osório (1872-1935); Amadeo de Souza-Cardoso (1887-1918); Padre Américo (1887-1956); Padre Manuel Antunes (1918-1985). Na terceira parte, relevam-se empreendedores contemporâneos, como Adriano Moreira (n. 1922); Gonçalo Ribeiro Telles (n. 1922); Rui Nabeiro (n. 1931); Padre Vítor Feytor Pinto (n. 1932); Belmiro de Azevedo (n. 1938);





Filipe La Féria (n. 1945); Guilherme d'Oliveira Martins (n. 1952); Mário Martins dos Reis (n. 1952); D. Carlos Azevedo (n. 1953); António Nóvoa (n. 1954); José Mourinho (n. 1963); Fátima Lopes (n. 1965); Luís Figo (n. 1972); Catarina Portas (n. 1969); Rute Bernardes (n. 1980). Aliando o passado e o presente, tentando manter uma linha de continuidade possibilitadora da construção de uma verdadeira identidade nacional que cada vez mais se revela como essencial, este trabalho dá a conhecer o empreendedorismo de homens e mulheres que sempre acreditaram no seu país, em favor do qual evidenciaram todas as suas qualidades. Como é natural, muitos outros bons exemplos não são aqui referidos, pois a maior ou menor visibilidade das figuras acaba sempre por se impor em projectos cuja extensão é sempre limitada.

Holodomor. A desconhecida tragédia ucraniana (1932-1933), Grácio Editor, 2013, (em colaboração com Beata Cieszyńska), é um relato sobre a grande fome e consequente mortandade, provocada pelo regime estalinista nos povos da União Soviética em consequência do fracasso da colectivização, episódio designado de Holodomor ou “morte pela fome”. Este é um documento histórico de homenagem aos milhares de mortos pela imprudência das utopias políticas, pois como se sabe, havia condições para produzir cereais em alta escala, mas tal não era permitido por imposição daqueles que governavam esses povos. Como nos dizem os autores “Trata-se de uma tragédia artificialmente provocada nos anos 1932 e 1933 pelo regime estalinista aos povos da União Soviética em consequência do fracasso da forçada colectivização. A Grande Fome afectou sobretudo os países que possuíam grandes e férteis terrenos agrícolas, entre os quais se destaca o caso ucraniano, cujo país, em termos geográficos, é o segundo maior da Europa”.

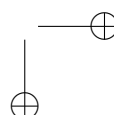
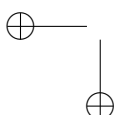
Para a história das Ordens e Congregações religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo (em colaboração com Luís Machado de Abreu),





Ed. Paulinas, 2014, contém uma mensagem do Presidente da República Aníbal Cavaco Silva, um introito assinado pelo Cardeal Patriarca de então, D. José da Cruz Policarpo, um preâmbulo de Annabela Rita e uma introdução de Luís Machado de Abreu. Esta é uma extensa obra em dois volumes composta a partir dos trabalhos apresentados ao *Congresso Internacional Ordens e Congregações Religiosas em Portugal: Memória, Presença e Diásporas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, que ocorreu em 2010, precisamente cem anos após a instauração da República, cujos primeiros decretos levaram à expulsão das Ordens e Congregações Religiosas de Portugal. Um século passado, os equívocos e as desconfianças mútuas foram desfeitas e hoje, como afirma José Eduardo Franco no prefácio “é possível olhar as Ordens Religiosas não como inimigas, mas como integrantes de pleno direito de uma sociedade democrática, mais livre e mais justa de que também querem e devem ser construtoras”. Nenhum aspecto ficou de fora, tratando-se, aqui, de história e cultura, teologia, direito e reformas, missionação e globalização, património e artes, educação, ciência e literatura, sociedade e comunicação, estado e política.

Portugal tolerante. Um milénio de convivência no espaço português (em colaboração com Paulo Mendes Pinto), Sinais de Fogo, 2014, é uma publicação que reúne textos ao longo da História de Portugal sobre a temática da tolerância atribuída de facto e de direito ao povo português. Os autores defendem que a tolerância está no sangue dos portugueses pela herança dos seus “avós cristãos, árabes e judeus”. Um melhor conhecimento desta tradição poderá ser inspiradora de um futuro que se deseja fraterno e livre, podendo, assim, Portugal servir de modelo e guia para a assunção da tolerância e fraternidade universais. A compreensão, aceitação e integração do outro, impõem-se pelos valores humanos e o fenómeno da emigração portuguesa que desde há muito se afirmou pela assimilação e apropriação do diverso é um bom exemplo para a conservação de um legado tão importante. Este vo-





lume, como se refere na introdução é composto por diversos textos que são uma “amostra do que fomos e do que somos”, conscientes de que “há um caminho a percorrer na Europa e no mundo, para a tolerância e para o respeito, que esperamos poder inspirar”. Os escritos aqui reunidos são da autoria de personagens tão díspares como D. Afonso Henriques, Padre António Vieira, Almeida Garrett, Antero de Quental, Fernando Pessoa, Natália Correia, José Saramago, entre outros, e são assumidos como uma espécie de “capitão de um país à beira mar plantado, que foi sempre o último reduto dos que eram empurrados Europa fora até onde a terra acaba e o mar começa”.

Obra Completa do Pe Manuel Antunes, catorze volumes, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005 foi o ano em que a edição se iniciou, disseminando-se pelos seguintes. Os sete tomos desdobram-se, caso a caso, em mais que um volume dispondo-se nas sete áreas de organização da produção científica, cada uma delas, coordenada por um especialista, ressaltando, contudo, que o tomo VII é composto por uma bibliografia ilustrada de Manuel Antunes, assinada em conjunto por José Eduardo Franco e Luís Machado de Abreu. Para lá da coordenação geral e da co-autoria do volume bibliográfico, José Eduardo Franco é o coordenador científico do primeiro volume do tomo II, intitulado *Paideia: educação e sociedade*, onde, na introdução, traça o perfil pedagógico e cultural do professor jesuíta, relevando a “unânime admiração e aceitação da parte dos vários quadrantes ideológicos, desde os sectores de esquerda aos de direita, desde os cristãos aos não-cristãos”. A obra tem a seguinte disposição: tomo I – *Theoria: Cultura e Civilização*; tomo II – *Paideia: Educação e Sociedade*; tomo III – *Política e Relações Internacionais*; tomo IV – *Religião, Teologia e Espiritualidade*; tomo V – *Estética e Crítica Literária*; tomo VI – *Correspondência e outros textos*; tomo VII – *Biografia Ilustrada*.





Obras completas do Padre António Vieira, 30 volumes, Círculo de Leitores, 2013 foi o ano em que se iniciou a publicação, com a direcção conjunta de José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Trabalho exaustivo de um conjunto alargado de investigadores luso-brasileiros que reuniram com critério científico a totalidade da obra de Vieira. Este é o primeiro projecto editorial da obra completa deste jesuíta que tanto marcou a língua portuguesa. Os trinta volumes agrupam-se nas secções que ocuparam o seu pensamento: Sermões, Textos Proféticos, Cartas, Escritos Políticos, Escritos Sobre os Judeus, Escritos Sobre os Índios, Poesia e Teatro.

Está ainda previsto editar o *Dicionário do Padre António Vieira* e a sua *Obra Seleta* em 12 línguas de grande circulação internacional.

Espera-se para breve a publicação do volume *Cultura com Vida: Estudos em Ciências da Cultura* (em colaboração com Ana Cristina Costa Gomes e Luís Machado de Abreu), estando ainda previsto, logo que estejam reunidas as condições para tal, iniciar a publicação da *Obra Completa do Marquês de Pombal*, projecto da Fundação Marquês de Pombal, que José Eduardo Franco também coordena e dirige.

2.2. Participação em obras colectivas

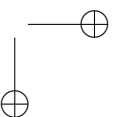
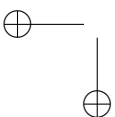
Da sua participação em obras colectivas, destaco os seguintes títulos: “A *História de Portugal* do Padre Fernando Oliveira e a *História do Futuro* do Padre António Vieira: duas utopias em confronto”, in *Actas do Congresso Internacional sobre o Padre António Vieira*, Vol. II, UCP, 1999; “Liturgia Natalícia Popular na Cultura Madeirense”, in *Actas*



do Colóquio Internacional de Piedade Popular. Sociabilidades, representações, espiritualidades, Terramar, 1999; “A obra historiográfica de Fernando Oliveira: algumas pistas hermenêuticas”, in *Fernando Oliveira e o seu tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento Europeu (1450-1650) – Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia*, Patrimonia, 2000; “A imagiologia da acção da Companhia de Jesus no Brasil na literatura antijesuítica pombalina”, in *Actas do Congresso Luso-Brasileiro – Portugal/Brasil, Memórias e Imagens*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000; “A Visão do Outro na Literatura Antijesuítica”, in *Histórias Literárias Comparadas – Colóquio Internacional*, Edições Colibri/Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira, 2000; “A imagem da acção dos Jesuítas no Brasil e nas Ilhas Atlânticas (Açores e Madeira) no tempo de Pombal”, in *As Ilhas e o Brasil*, Funchal, CEHA, 2000; “A Construção do mito do Marquês de Pombal no discurso maçónico-liberal português”, in J. A. Ferrer Benimeli (coord.), *La Masonería en Madrid y en España del siglo XVIII al XXI*, Vol. I, Centro de Estudios Históricos de la Masonería Española – Universidad de Zaragoza, 2004, pp. 443-477; “A construção do mito jesuíta no discurso maçónico em Portugal (1869-1910)” (em co-autoria com Annabela Rita), in *La masonería española en el 2000: una revisión histórica*, Vol. II, J. A. Ferrer Benimeli (coord.), Centro de Estudios Históricos de la Masonería Española (Universidad de Zaragoza), 2001; “Génese e evolução do antijesuitismo em Portugal”, in *Actas do Colóquio sobre ‘O Anticlericalismo Português: História e Discurso’*, coordenação de Luís Machado de Abreu e de António José Ribeiro Miranda, Centro de Línguas e Cultura da Universidade de Aveiro, 2002; “A Filologia ao serviço da História. A Ideia de Portugal e de Europa na Obra Historiográfica de Fernando Oliveira”, in *Gramática e Humanismo. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*, Vol. 2, Publicações da Faculdade de Filosofia – UCP, 2005; “O tempo e a Rosa”, in *Os Evangelhos 2005 Comentados*, Ed. J. C. Calazans, J. S. Machado, P. M. Pinto, prefácio José



Augusto Ramos, Edições Firmamento, 2004, pp. 139-140; “Portugal enquanto profecia: Génese, conteúdos e metamorfoses do profetismo português”, in *Homo viator: Estudos em homenagem a Fernando Cristóvão*, Edições Colibri, pp. 513-528; “A Missão: História e Versões” (em co-autoria com Valmir F. Muraro), in *A Sétima Arte no Sétimo Céu*, Organização Susana Bastos Mateus e Paulo Mendes Pinto, Edições Firmamento, 2005, pp. 46-52; “A correspondência antijesuítica do Marquês de Pombal e a fabricação do mito da Companhia de Jesus”, in *Correspondências: Usos da Carta no Século XVIII*, Coordenação de Vanda Anastácio, Edições Colibri e Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2005, pp. 179-216; “La idea de Europa en los escritos masónicos del período del liberalismo português: el pensamiento europeísta y universalista de Sebastião de Magalhães Lima”, in *La Masonería española en la época de Sagasta. Actas do XI Symposium Internacional de Historia de la Masonería Española*, ed. J. A. Ferrer Benimeli, 2007, pp. 1061-1082; “Uma utopia católica sob suspeita: Censura Romana à *Clavis Prophetarum* de António Vieira, sj.”, in *Praedicatorum, Inquisitores — III, I Domenicani e l’Inquisizione Romana. Atti del III Seminario Internazionale su “I’Domenicani e l’ Inquisizione”*, 2007, pp. 235-248; “Milagre do Sol”, in *Enciclopédia de Fátima*, ed. Carlos Moreira Azevedo e Luciano Cristino, Principia, 2008, pp. 1-12; “Vida consagrada feminina e dominicanismo: perspectivas da oratória de Vieira”, in *Monjas Dominicanas: Presença, Arte e Património em Lisboa*, ed. Ana Cristina da Costa Gomes, Alêtheia, 2008, pp. 135-151; “O mito da mulher em Vieira: Teologia e Profecia no Universo feminino”, in *Falar de Mulheres*, Livros Horizonte, 2008, pp. 39-70; “Projecto de Cidadania do Futuro: O Quinto Império como possibilidade de um Mundo Novo segundo Vieira”, in *Vieira: Vida e Palavra*, Edições Loyola, 2009, pp. 127-155; “Representações do Universo feminino em Vieira: o gosto de sair e a visão da mulher como expoente do espaço privado”, in *400 Anos: Padre Vieira “Imperador da Língua Portuguesa”*, ed. João Alves Dias, 2009, pp. 133-147; “Vieira e a possibilidade de um Mundo Novo: Quinto Império como Projecto de



Cidadania do Futuro”, in *Religião & Ofensa: As Religiões e a Liberdade de Expressão*, ed. Paulo Mendes Pinto, Edições Universitárias Lusófonas-Tenacitas, 2010, pp. 101-114; “L’Antijésuitisme au Portugal: Composition, fonctionnalités et signification du mythe des Jésuites (De Pombal à la I République)”, in *Les Antijésuites: Discours, figures et lieux de l’antijésuitisme à l’époque moderne*, ed. Pierre-Antoine Fabre e Catherine Maire, Presses Universitaires de Rennes, 2011, pp. 353-380; “Eugénio Lisboa, sagaz e cosmopolita”, in *Eugénio Lisboa: Vário, intrépido e fecundo*, ed. Otilia Pires e Onésimo Teotónio Almeida, Guimarães, 2011, pp. 251-252; “O mito negro do século XVII: A idade do ferro portuguesa e a problemática da mitificação das idades”, in *Grandes enigmas da História de Portugal*, ed. Miguel Sanches de Baêna e Paulo Alexandre Loução, Ésquilo, 2011, pp. 255-281; “São Teotónio e o Mito das Origens de Portugal”, in *A Primazia do Texto: Ensaio em homenagem a Maria Lúcia Lepecki*, ed. Petar Petrov e Marcelo Oliveira, Esfera do Caos, 2011, pp. 495-504; “A percepção da Europa e a Consciência de Crise: Para refazer a utopia à maneira de Penélope”, in *25 Anos da União Europeia*, ed. Eduardo Paz Ferreira, Almedina, 2011, pp. 291-298; “O mito das origens das nacionalidades: o caso português no âmbito da afirmação das nacionalidades europeias na Modernidade”, in *Relações de Poder e subjetividades*, ed. Joana Maria Pedro et al., TodaPalavra, 2011, pp. 87-112; “Razões para (des)acreditar”, in *Deus na Universidade: o que pensam os universitários portugueses sobre Deus*, ed. Eduardo Duque, Fronteira do Caos, 2012, pp. 95-97; “Empreendedorismo educativo dos jesuítas no Portugal Moderno: Polémicas e Imagens”, in *Universidade de Évora (1559-2009): 450 Anos de Modernidade Educativa*, ed. Sara Marques e Francisco Lourenço Vaz, Chiado Editora, 2012, pp. 387-430; “Salazar interpretado por Mircea Eliade: Em torno da obra eleadeana Salazar e a Revolução em Portugal”, in *Avanços em Literatura e Cultura Portuguesas Século XX*, ed. Petar Petrov et al., Associação Internacional de Lusitanistas e Através Editora, 2013, pp. 41-58; “«L’Arytmie» portugaise par rapport à l’Europe ou «le complex Europe» chez Eduardo



Lourenço”, in *Eduardo Lourenço et la passion de l’humain*, ed. Maria Graciete Besse, Éditions Convivium Lusophone, 2013, pp. 65-81.

2.3. Prefácios e Posfácios

Neste apartado destacam-se: Monteiro, José Luís, *Memória do Corpo*, Musa Editora, 1999; Muraro, Valmir, *Padre Antônio Vieira. Retórica e Utopia*, Insular, 2003; Tavares, Célia C. S., *Jesuítas e Inquisidores em Goa (1540-1682)*, Roma Editora, 2004. Numa obra sobre a complexidade da formação e funcionamento dos tribunais inquisitoriais e a ideia feita de que no espaço ibérico o seu funcionamento era mais atroz que nos restantes países da cristandade, José Eduardo Franco no posfácio que assina tece algumas considerações sobre a ideia corrente que normalmente associa os Tribunais da Inquisição católicos à Companhia de Jesus e estabelece os nexos de causalidade entre a mentalidade medieval teocêntrica e o progressivo aparecimento do diferente e do divergente, a assunção do Outro como diferente de nós e enquanto tal, considerado como factor perturbador da ordem estabelecida que é combatida pelos poderes instituídos que promovem instrumentos de repressão que a Inquisição e o seu Tribunal, em conivência com a hegemonia dos regimes monárquicos, se encarregaram de espalhar com o intuito de manter todo o mundo sob o véu de uma mesma religião e sistema político.

Antunes, Manuel, *Repensar Portugal*, 2^a e a 3^a edição, Multinova, 2005. No âmbito das comemorações dos 20 anos da morte deste insigne jesuíta, José Eduardo Franco preparou e prefaciou a 2^a e 3^a edição deste significativo texto sobre Portugal, composto pela reunião de diversos ensaios escritos entre 1974 e 1979 em pleno período revolucionário que viria a transformar Portugal, não só em termos de mentalidades, como também no próprio conceito de Nação, uma vez que com a revolução de Abril, acabou por se desmoronar por completo o Império

www.lusosofia.net



português. José Eduardo Franco no prefácio a este escrito põe em relevo a grande capacidade do professor jesuíta para gerar consensos em torno dos opostos, referindo a sua visão futurante que assentava numa nova política da compreensão mútua, de respeito ao passado, cuja acção se deve submeter à moral e a ética guiar as relações entre todos. Estas eram, em seu entender, as bases para a construção de uma sociedade cooperante e solidária, participativa e exigente, que se iniciava na pessoa, se desenvolvia pela pessoa e tinha o seu epílogo na pessoa, ao contrário do que tem acontecido no mundo ocidental, onde as decisões dos políticos fazem depender o desenvolvimento da pessoa do desenvolvimento da economia, subjugando o ser ao ter.

Destaco, ainda os prefácios a “O mito da barbie”, 2008; “FACES do Catolicismo no Brasil”, 2008; “Para uma Teologia Africana”, 2008; “A Vocação Histórica de Portugal”, 2012; “Programa de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais: Estudo para a promoção do sucesso académico”, 2010; “Um conto”, 2009; “Uma obra – dois pedagogos: João de Deus e João de Deus Ramos”, 2009; “Ascese: O exercício da pessoa religiosa”, 2009; “Apenas uma fase”, 2009; o Posfácio a “O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa”, 2010; a Introdução a “Salazar e a Revolução Portuguesa”, 2011; A Apresentação da “Obra Selecta, Vol. I: Religião e Política”, 2008; “Doença e Cura em África”, 2009.

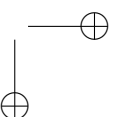
2.4. Revistas portuguesas e estrangeiras em que tem colaboração

São diversas as Revistas em que colabora, sendo que em algumas delas faz parte do seu corpo editorial ou da direcção. Aqui refiro: *Revista Século XVIII*; *Revista Ler História*; *O Colégio Militar*; *Faces de*



Eva; Agência Ecclesia; Lusitania Sacra; Islenha; Brotéria; Revista das Ciências das Religiões; Communio; Areópago; Cadernos ISTA; Flor do Douro (da qual foi director); *Schemá; Revista Viragem; Revista de História das Ideias; Lúmen; Revista de Cultura*, edição Internacional (Revista simultaneamente publicada nas versões chinesa, portuguesa e inglesa pelo Instituto Cultural de Macau); *Fonteiras: Revista Catarinense de História/Universidade Federal de Santa Catarina; Revista Camoniana*, São Paulo; *Convergência Lusíada, Revista do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro; Percursos: Revista de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina; Mentalities/Mentalités*, New Zealand; *Lumen*, São Paulo; *Nova Águia – Revista de Cultura para o Século XXI* (corpo editorial); *IberoSlavica* (corpo editorial); *Revista Letras Com Vida: Literatura, Cultura e Arte* (corpo editorial).

De todo este labor quero destacar a colaboração regular que tem vindo a manter com a revista *Brotéria*, onde imprimiu títulos como: “Frei Luís de Granada e os Jesuítas: um dominicano admirador da Companhia de Jesus”, vol. 161, 2005; “Linhas mestras da reflexão política do P. Manuel Antunes: *Repensar Portugal* na transição da ditadura para a democracia”, vol. 161, 2005, pp. 111-126; “Novos pensadores e teologia da libertação no Islão Moderno”, vol. 161, pp. 82-86; “A mística do Espírito Santo em Natália Correia: Transposição portuguesa e feminina de uma utopia europeia”, Vol. 160, pp. 215-228; “Homenagear o Padre Manuel Antunes SJ (1918-1985): Revisitar as interfaces da cultura”, vol. 160, pp. 77-82; “O código da conspiração: Lemas e dilemas de *O Código Da Vinci*”, vol. 159, pp. 477-484; “O primeiro tratado sobre o Quinto Império Português (1641): Tratado da Quinta Monarquia de Sebastião de Paiva”, vol. 158, pp. 153-177; “D. António da Costa, o cristianismo e o progresso: I – Percurso pedagógico e político”, vol. 158, pp. 353-363 (artigo assinado com o pseudónimo Medina de Gouveia); “D. António da Costa, o cristianismo e o progresso: II – A resposta a Antero de Quental”, vol. 158, pp. 461-478; “Para desmitificar Pombal”, vol. 156, pp. 189-191; “Cumplicidade entre Li-



teratura e História na obra de Sena Freitas” (em co-autoria com Ana Cristina Cardoso da Costa Gomes), vol. 156, pp. 497-518; “Notas para uma Cristologia Islâmica: para a construção de um saber ecuménico ao serviço da paz”, vol. 157, pp. 121-134 (sob o pseudónimo Medina de Gouveia); “Antijesuitismo pedagógico e científico e o nascimento da *Brotéria*”, vol. 155; “Teologia da história em Joaquim de Flora”, Agosto/Setembro, 2000; “Joaquim de Flora e a sua influência na Cultura Portuguesa”, Outubro, 2000; “O Padre António Vieira na Literatura Anti-Jesuítica”, 1997 (números especiais de Outubro/Novembro dedicados ao Padre António Vieira, no ano da celebração do seu 3º Centenário).

Destaco, ainda, outra publicação dispersa pelos diferentes projectos editoriais: “O Mito da Europa em Portugal”, *Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI*, 1, 2008, p. 72; “O Padre António Vieira e a Europa”, *Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI*, 2, 2008, pp. 33-35; “Polónia, país gémeo de Portugal na Europa”, *Nova Águia – Revista de Cultura para o Século XXI*, 4, 2009, pp. 117-119; “Anticlericalismo e universo feminino: polémicas e estereótipos”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 11, 2007, pp. 257-270; “Who inspired the marquis of pombal? | ¿Quién inspiró al marqués de Pombal?”, *Artes de Mexico*, 92, 2008, pp. 49-55; “António Vieira, esse Povo de Palavras”, *Revista Ideação, Revista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana*, 19, 2008, pp. 17-23; “Quién inspiro al Marqués de Pombal?”, *Artes de México*, 22, 2008, pp. 49-55; “A Noção de Ciência e a Ideia de Portugal na Obra de Fernando Oliveira”, *Prelo*, 8, 2008, pp. 44-79; “Da fuga mundi à vita in mundo: Comunidades novas e outras metamorfoses da Vida Consagrada”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 13/14, 2008, pp. 553-558; “Portugal, de face a cauda da Europa: Notas para o estudo da ideia de Europa na Cultura Portuguesa”, *Brotéria*, 167, Agosto/Setembro, 2008, pp. 191-199; “The myth and the mirror: The concept of Europe by Eduardo Lourenço | O mito e o espelho: A ideia de Europa em Eduardo Lourenço”, *Coloquio-Letras*,

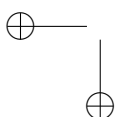


170, 2009, pp. 307-317; “Martírios e Massacres: A morte enquanto Vitória. Dossiê temático”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 15, 2009, pp. 17-308; “Glossário fundamental: Instituições Católicas – Termos ou Conceitos”, *Revista Forum Canonicum*, 4, 2009, pp. 1-2: 177-203; “O mito e o espelho: A ideia de Europa em Eduardo Lourenço”, *Colóquio Letras*, 170, 2009, pp. 307-317; “O mito da educação”, *Cadernos de Pesquisa em Educação – Universidade Federal do Espírito Santo*, 30, 2010, pp. 10-22; “Salazar mitificado por Mircea Eliade: A propósito da edição portuguesa do livro desconhecido de Eliade: Salazar e a revolução em Portugal”, *Estudios Portugueses – Revista de Filología Portuguesa*, 10, 2010, pp. 9-121; “A Insustentável leveza das fronteiras: O clero católico na maçonaria e a questão do anticlericalismo e do antimaçonismo em Portugal”, *REHMLAC – Revista de Estudios Históricos de la Masonería latinoamericana y caribeña* 2, 2, 2011, pp. 53-65; “A controvérsia modernista entre Franciscanos e Jesuítas nas vésperas da revolução republicana”, *Itinerarium*, 200/201, 2011, pp. 209-221; “Universidade: Uma utopia revisitada. Dossiê dedicado aos 100 anos da Universidade de Lisboa”, *Revista Letras Com Vida*, 3, 2012, pp. 18-123; “Profetismo e a ideia de nação: A modelação religiosa do destino de um povo”, *Revista Religare*, 7, 2, 2012, pp. 150-163.

2.5. Colaboração em Dicionários

Para além do Dicionário *histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal* e do *Dicionário Histórico das ordens religiosas, institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*, de que foi coordenador e por isso foram apresentados no ponto um, nos quais também assina diversos títulos, e do quase concluído, sob a sua direcção, *Dicionário dos antis: história da cultura portuguesa em negativo*, não poderia deixar de destacar a significativa colaboração que

www.lusosofia.net



José Eduardo Franco tem prestado na edição de outros importantes Dicionários e Enciclopédias, tais como: *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (d direcção de Carlos Moreira Azevedo), Círculo de Leitores, 2000; *Dicionário de Educadores Portugueses* (d direcção de António Nóvoa), Edições Asa, 2003; *Dicionário dos Parlamentares Portugueses* (d direcção de Filomena Mónica), Assembleia da República, 2004; *Dicionário no Feminino* (d direcção de Zília Osório de Castro e João Esteves), Livros Horizonte, 2005; *Dizionario Storico dell’Inquisizione* (d direcção de Adriano Prosperi), Laterza.

Actualmente encontra-se empenhado, entre outros, na colaboração do *Dicionário Crítico de Filosofia em Portugal*, da responsabilidade da Universidade Católica Portuguesa e no *Dicionário Histórico do Padre António Vieira*.

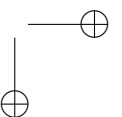
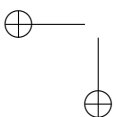
Todas estas obras contam com dezenas de entradas assinadas por José Eduardo Franco que quase sempre coordena ou se responsabiliza por uma determinada secção. Num país como o nosso onde rareava a impressão deste tipo de publicações, encontramos, então, o nosso investigador empenhado em diversos projectos inovadores e trabalhosos, que naturalmente se poderiam realizar sem a sua colaboração, pese embora o número reduzido dos mesmos em Portugal ao longo dos tempos em contraposição com o número apreciável de edições concluídas na última década por sua iniciativa, mas nunca ficariam tão completos (apesar da inevitável incompletude de um trabalho desta natureza).

José Eduardo Franco traduziu as seguintes obras: Leroy, Michel, *O Mito Jesuíta*, Roma Editora, 1999; *Monita Secreta Societatis Jesu* (Instruções Secretas da Companhia de Jesus); “O imaginário da Europa: Fronteiras, unidade e diversidade”, *Brotéria*, 2006 (artigo). É Conselheiro Editorial da Roma Editora, na qual, em 2004 fundou e passou a co-dirigir a colecção *História Aberta*, estando ainda envol-



vido na fundação das colecções *Faces de Vénus*, *Faces de Penélope* dirigidas pela Professora Doutora Annabela Rita e a colecção *Sopro* dirigida pelo Poeta Casimiro de Brito. É também fundador e co-director da colecção *Faces de Janus* da editora Prefácio, sendo ainda co-editor e Membro do Conselho Científico da editora brasileira Arkê, São Paulo.

Não posso, também, deixar de referir grandes eventos de que foi o principal dinamizador: I^o Congresso de Cultura Madeirense, 1990; Congresso Internacional Padre Manuel Antunes: Interfaces da Cultura Portuguesa e Europeia, 2005; Congresso Internacional Jardins do Mundo: Discursos e Práticas, 2007; I^a Conferência Internacional Culturas Ibéricas e Eslavas em Intercâmbio e Comparação: entre Crise e Prosperidade, 2007; Conferência Internacional Imagens da Periferia: Intercâmbios Culturais entre Portugal e a Europa de Leste, 2007; Congresso Internacional “Eduardo Lourenço, 85 anos”, 2008; Congresso Internacional sobre as Ideias de Europa de/para a Europa, 2009; Congresso Internacional Ordens e Congregações Religiosas em Portugal: Memória, Presença e Diásporas, 2010; A Europa das Nacionalidades: Os mitos das Origens – discursos modernos e pós-modernos, 2011; Vamos Construir Futuros para Empreendedores – Locais e Sociais, 2013; Trento: Restaurar ou Inovar, 2013.







Capítulo 3

Palavras finais

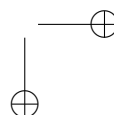
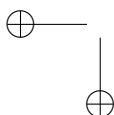
Sabendo que o espaço e o tempo que tive para desenvolver este estudo obrigou a que diversos títulos publicados por José Eduardo Franco não fossem aqui incluídos, é certo que no dia em que este texto for publicado, estará ainda mais incompleto, pois o seu frenético labor intelectual está constantemente a alimentar um caudal de publicação pouco comum. Apetece por isso dizer que já é longa a obra da ainda curta vida académica deste investigador.

Como se constata pela leitura desta monografia, a sua obra veio pôr a claro uma certa ordem onde abundava a desordem. Ela não pretende reabilitar os Jesuítas ou a Inquisição mas sim por a claro os preconceitos e as insuficiências de interpretação em que a maior parte dos historiadores tem, neste campo, conduzido as suas pesquisas. É tempo de atribuir o seu a seu dono depois de um longo período em que os jesuítas e a Igreja católica foram, sistematicamente, acusados do atraso de que Portugal padece pela análise histórica laica, racionalista e positivista em que os nossos intelectuais desde há muito tempo são formados. Só os incautos se podem iludir ante a ligeireza dessas análises. Em Portugal, aqueles que se sucedem no poder, mostram-se quase sempre incapazes de renovar ou inovar o que quer que seja, e nos poucos episódios em que tal ousaram, como no caso do Marquês de Pombal, nem sempre o povo e parte da elite, foi bem tratada. O drama de Portugal é ter vindo





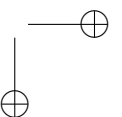
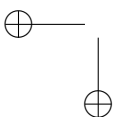
a alimentar, ao longo dos tempos, um procedimento assente na máxima de Tomasi di Lampedusa (1896-1957) que afirmava ser preciso mudar algo para tudo continuar na mesma. Quando Portugal era realmente pequeno, pobre e sujeito, guiado pelo carisma de um escasso número de personagens excepcionais, foi capaz de ousar e dar “novos mundos ao mundo”, numa revolução sem par. Ao invés, os herdeiros dessa geração de visionários e empreendedores, quando se tornaram donos de quase tudo, pela sua incapacidade, reduziram todo o povo à sua pequenez, tornando-o servo daqueles que o deveriam servir. Os portugueses são aquilo que a educação vai fazendo deles: sujeitos passivos, reprodutores de modelos estrangeirados que nada lhes dizem e com os quais o povo não se identifica, protectores de uma estratificação social promotora da incompetência e do sectarismo. Convém que nos recordemos que a assunção da política educativa por parte do Estado já tem, entre nós, uma longa tradição e em 1910, com o advento da República apenas voltou à ribalta o anti-catolicismo que teve a sua expressão máxima na promulgação da Lei da Separação da Igreja e do Estado, tendo o poder temporal, que se afirmava democrata e livre, obrigado a uma espécie de nacionalização da totalidade da acção da Igreja católica e à proibição pura e simples da restante vida consagrada. Contudo, estes acontecimentos são apenas o epílogo da demanda do Marquês de Pombal, como aparece bem documentado ao longo da obra de José Eduardo Franco, quando encetou a reforma do ensino numa base iluminista, declarando uma perseguição implacável aos jesuítas que acabou por expulsar, tendo, em simultâneo, para suprir a incapacidade do Reino em gerir de imediato a totalidade do ensino e da educação, entregue tais lides à Congregação do Oratório, mesmo que de seguida, sob o pretexto de ensinarem teorias perniciosas, lhes tenha encerrado os colégios, que só reabriram em 1777 após a morte de D. José e a conseqüente fuga do déspota. As Ordens religiosas, nomeadamente os jesuítas, com certeza que não faziam tudo bem, mas sabemos agora pela leitura de muitos textos aqui analisados que o essencial das perseguições que lhes foram movidas, não tinham muito a ver com a forma como ministravam o en-





sino e preparavam as elites, resumindo-se, quase sempre, à tentativa de lhes diminuir o acentuado poder que detinham em todos os sectores da sociedade. Se os jesuítas e demais estruturas religiosas tivessem sido um verdadeiro entrave para o progresso do nosso povo, então, volvidos todos estes anos em que o Estado tomou conta da educação e do ensino, era suposto que Portugal se tivesse desenvolvido e qualificado os seus cidadãos de forma adequada, tal como fizeram outros Estados que também laicizaram o ensino mas não expulsaram as Ordens religiosas. Como isso não aconteceu por incúria daqueles que nos foram governando, o mito em que os jesuítas foram envolvidos serviu, uma vez mais, apenas os interesses pessoais e circunstanciais daqueles que detinham e queriam conservar o poder, pouco ou nada beneficiando as condições de vida do nosso povo e o progresso da Nação.

Talvez para aqueles que atacaram os jesuítas e demais Ordens religiosas, fosse mais forte o desejo de mandar do que a intenção de servir e por isso, mais desprotegido ficou o povo que até então era analfabeto, mas que de vez em quando via partir um dos seus para ser educado no seio de uma qualquer Ordem religiosa que lhe dava a possibilidade de desenvolver a sua inteligência e ocupar o lugar na sociedade para que se mostrasse mais apto. O ensino laico, ao contrário do que prometia, pouco mais fazia do que perpetuar as elites no poder, arredando o povo para as artes servis, a indústria e a agricultura, atitude esta que se manteve ao longo da ditadura de Salazar que continuando a ser associada a uma conivência com a Igreja católica, nada fez para alterar este estado de coisas. Como se pode constatar na obra e nos estudos sobre dois jesuítas que aqui ocupam um espaço privilegiado, o Padre António Vieira (1608-1697), tendo uma existência que quase ocupou a totalidade do século XVII, uma das vítimas mais célebres da Inquisição, e o Padre Manuel Antunes (1918-1985), cuja obra e acção se afirmaram no século XX, incluindo os primeiros onze anos após a revolução de Abril de 1974, as relações de diversos membros influentes da Companhia de Jesus com aqueles que detinham o poder, não expressavam qualquer obediência, nem tão pouco os inibia de tornar públicas as crí-





ticas cerradas ao poder instituído. Talvez a reacção a essa atitude de total independência face aos detentores do poder demonstrada por personalidades de grande carisma tenha sido determinante para mostrar ao povo que os indivíduos ou se integravam acriticamente na normal ordem que os políticos decretavam, ou se quisessem contestá-la, fosse de que forma fosse, pagariam um elevado preço que passava pela perseguição, a impossibilidade de aceder a cargos públicos ou ver reconhecida qualquer tarefa que quisessem levar a cabo para subsistir e alimentar as suas famílias. Em circunstâncias extremas eram julgados e condenados sem culpa formada ou obrigados, para preservar a própria vida, a abandonar a Pátria.

Com a obra de José Eduardo Franco não é só a História de Portugal que fica mais enriquecida, é também o desenrolar dos acontecimentos que é clarificado em diversos aspectos que até agora permaneciam obscuros. Ela também nos mostra que o tempo de paz só poderá ser duradouro se soubermos compreender o passado que nos moldou e dele extrair os ensinamentos que evitem voltar a cometer as mesmas atrocidades, gerando, de novo, uma sociedade intolerante e punitiva. Dá conta, ainda, da extrema necessidade de manter uma identidade nacional com o recurso aos arquétipos em que nos formamos, sem veleidades nem complexos sejam de que espécie for, pois só assim poderemos afirmar as nossas particularidades e estar lado a lado, numa atitude colaborativa, com qualquer outra Nação, seja de que latitude for. Aliás essa capacidade está no nosso sangue pela herança dos nossos antepassados que escolheram emigrar e depressa se confundiram, no maior exemplo de miscigenação, com outros indivíduos de todos os credos e raças. De certo modo podemos dizer que a dispersão dos portugueses foi o húmus para a união de todos os povos na constituição da verdadeira humanidade, projecto inconcluso e extremamente precário, mas apesar de tudo bastante melhorado nos tempos actuais.

O labor intelectual de José Eduardo Franco posto ao serviço da cultura portuguesa tem facultado a todos os interessados e não apenas a uma restrita intelectualidade como era hábito, ensaios de interpretação





que trazem, em anexo, preciosos documentos dos quais podem beneficiar os futuros investigadores numa época em que já poucos têm os conhecimentos linguísticos sólidos para os interpretar a partir dos escritos originais. Este investigador, podia, tal como faz a maioria dos seus pares, citar e transcrever as partes que precisa para defender as suas teses, contudo, numa atitude de louvável altruísmo ante a cultura e o saber, não só imprime o resultado das suas investigações, como nos faculta, quase sempre na íntegra, documentos importantes em que baseia a sua análise.

Parece-me, por isso, que a sua obra que já contém centenas de títulos, incluindo livros, capítulos de livros, ensaios, artigos, conferências e comunicações, mais que uma distinção, merece, acima de tudo, ser meditada por todos os portugueses que se preocupam com Portugal e o seu destino, servindo-o cada qual na medida do seu talento.



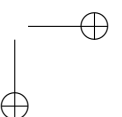
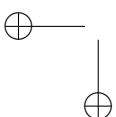


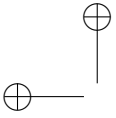


Artur Manso, nasceu no outono de 1964 na aldeia transmontana de Izeda. Licenciado em Filosofia, Ramo Educacional, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1994); Mestre (1998) e Doutor (2007) em Educação, especialidade de *Filosofia da Educação*, pela Universidade do Minho. Actualmente é Professor Auxiliar do Instituto de Educação da Universidade do Minho, onde coordena o Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário. Investiga no campo da Filosofia da Educação, nas áreas da Ética e da Estética da Educação, bem como do pensamento pedagógico-filosófico português do século XX.

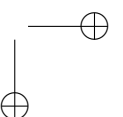
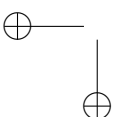
Algumas Publicações. Livros: *Agostinho da Silva – Aspectos da sua vida, obra e pensamento* (2000); *Filosofia educacional na obra de Agostinho da Silva* (2007); *Para uma educação estética* (2008); *Contributo para o estudo da axiologia educacional de Manuel Ferreira Patrício* (em colaboração com José C. Casulo, Custódia Martins e José A. M. Afonso, 2011); *Manuel Laranjeira. 1877-1912* (2013); *Amorim de Carvalho. Antropologia – Ética – Estética* (2013).

Outra: “A escola, o ócio e o tempo livre” (2000); *Para uma filosofia da educação de matriz portuguesa: o contributo de Fidelino de Figueiredo* (2009); “As ‘questões educativas’ e ‘religiosas’ no quinzenário *A vida Portuguesa*. O contributo de Luísa Sérgio para a educação das crianças” (2009); “O Lugar da sabedoria na Escola Actual” (2011); “Ensino da Filosofia e Promoção da Autonomia” (em colaboração com Custódia Martins) (2011); “A República e a demanda pelo ensino: as Universidades populares da *Renasença Portuguesa*” (2011); “A propósito de *O Guardador de Rebanhos* de Caetano de Castro, um outro de Pessoa, ou do sensível como fundamento da educação” (2011); “Leonardo Coimbra. Da filosofia e do seu ensino” (2012); “Para uma



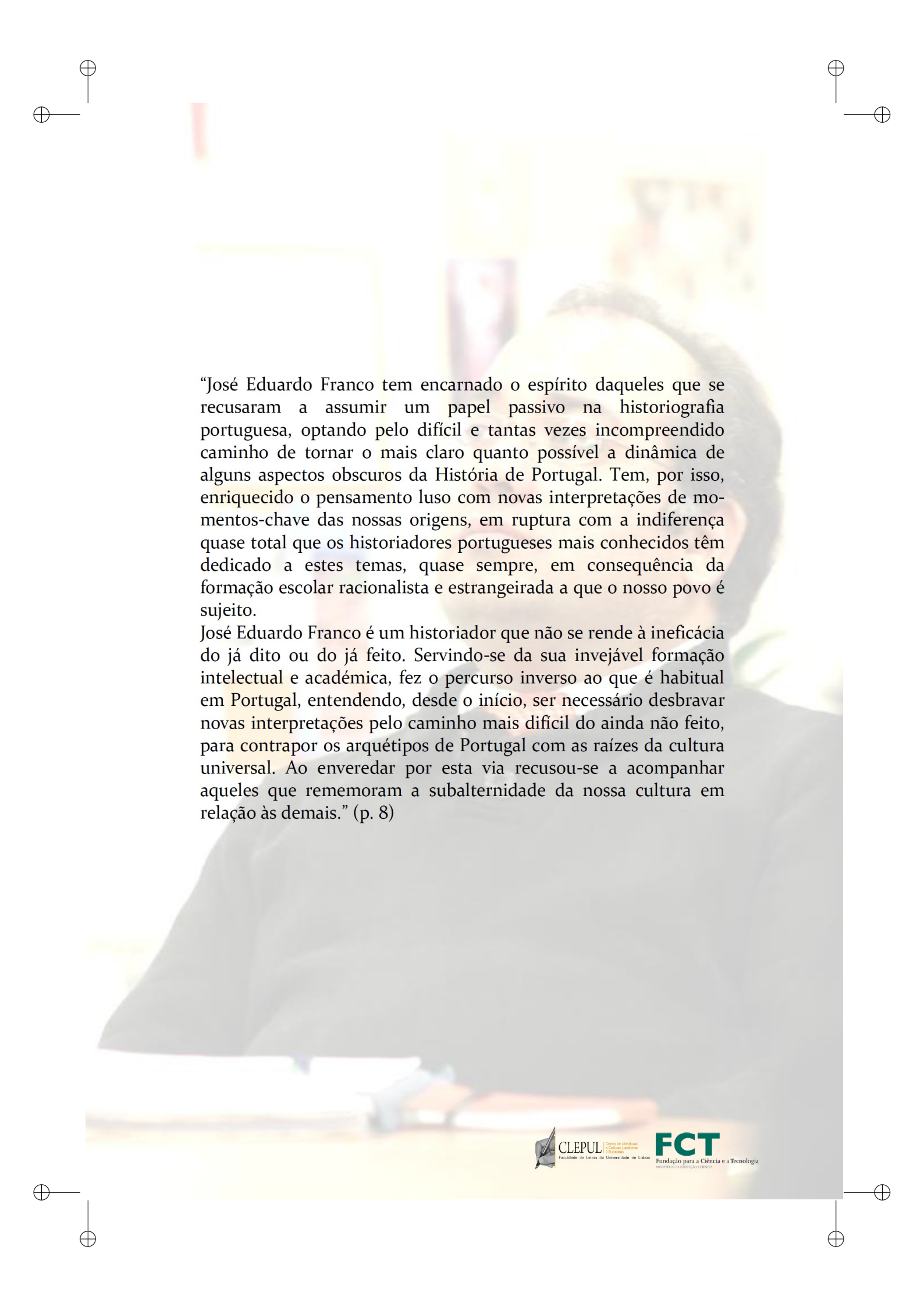


filosofia da educação de matriz portuguesa: o contributo de Mário Gonçalves Viana (2012)”; “De como a arte nos pode consolar. Uma leitura a partir de *Um homem na sua humanidade* de Fidelino de Figueiredo” (2012); “Educação, Pedagogia e Universidade no *Jornal 57*” (2013); “Manuel António Ferreira-Deusdado (1858-1918). Ensaio Biobibliográfico” (2013); “A Europa e a Lusofonia segundo Agostinho da Silva” (2014).





**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do
Projecto Estratégico «PEst-OE/ELT/UI0077/2014»**



“José Eduardo Franco tem encarnado o espírito daqueles que se recusaram a assumir um papel passivo na historiografia portuguesa, optando pelo difícil e tantas vezes incompreendido caminho de tornar o mais claro quanto possível a dinâmica de alguns aspectos obscuros da História de Portugal. Tem, por isso, enriquecido o pensamento luso com novas interpretações de momentos-chave das nossas origens, em ruptura com a indiferença quase total que os historiadores portugueses mais conhecidos têm dedicado a estes temas, quase sempre, em consequência da formação escolar racionalista e estrangeirada a que o nosso povo é sujeito.

José Eduardo Franco é um historiador que não se rende à ineficácia do já dito ou do já feito. Servindo-se da sua invejável formação intelectual e académica, fez o percurso inverso ao que é habitual em Portugal, entendendo, desde o início, ser necessário desbravar novas interpretações pelo caminho mais difícil do ainda não feito, para contrapor os arquétipos de Portugal com as raízes da cultura universal. Ao enveredar por esta via recusou-se a acompanhar aqueles que rememoram a subalternidade da nossa cultura em relação às demais.” (p. 8)



CLEPUL | Centro de Estudos
e de Cultura Luso-Brasileiros
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E CÉRETE